



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 12/03/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 7

Aos doze dias do mês de março de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- José Luís Marques de Sousa;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora **Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro** comunicou em 11/03/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que por motivos de índole pessoal não poderá participar nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata imediatamente a seguir na lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora **Mêlina Monteiro Mira Domingues**.

A Sr.^a Vereadora **Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho** comunicou em 07/03/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre 11 de março de 2019 (inclusive) e 14 de março de 2019 (inclusive), pelo que solicitou a justificação da sua falta.

Durante a sua ausência, e em todas as suas funções enquanto Vereadora, foi substituída pelo candidato **Sr. José Luís Marques de Sousa**, dado que o candidato imediatamente a seguir na lista da CDU – Coligação Democrática Unitária, Álvaro Miramar Botas Letra, por carta datada de 12/03/2019, comunicou a impossibilidade de estar presente.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Júlio Franco Rosa – pretende saber em que situação é que se encontra a pavimentação da entrada do Imagran e denunciar o mau estado de conservação do piso em frente à Fábrica Ex-Ricardo Gallo e os respetivos passeios envolventes.

2. Sr. Vítor Rui Morgado Santos, em representação dos moradores da Rua da Vitória, Ordem – pretende falar sobre as obras que estão a ser executadas naquela rua, com as quais os moradores estão descontentes, devido à largura dos passeios e à falta de estacionamento.

3. Sr. Joaquim Loureiro Andrade – pretende falar sobre a sinalética, a Av.^a Vítor Gallo e a Rua Manuel Fernandes Santos, o Parque Mártires do Colonialismo, o Mercado e a Resinagem.

4. Sr.^a Vânia Sofia de Oliveira Leal – pretende saber por que razão a Câmara não concede autorização para o ramal de gás para a sua moradia. Está à espera desde agosto/2018.

5. Sr.^a Paula Cristina Marques Pereira Lourenço – pretende falar sobre as instalações do Agrupamento de Escuteiros de Vieira de Leiria.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 4, da reunião ordinária do dia 11 de fevereiro de 2019
2. Aprovação da ata n.º 5, da reunião extraordinária do dia 18 de fevereiro de 2019

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

3. Resumo de Tesouraria do dia 06 de março de 2019
4. P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “*Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal*”. Aprovação de serviços a menos.
5. 4.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2019

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

6. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 01/2019. Deliberação inicial.
7. CP - 14/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 01” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - Proposta de aceitação
8. CP - 15/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 02” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - Proposta de aceitação

9. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 1 - Concurso Público n.º 14/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.
10. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 2 - Concurso Público n.º 15/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.
11. RECEÇÃO PROVISÓRIA - Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Parte 4 - Concurso público n.º 01/2018
12. Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho - Concurso público n.º 21/2018. Aprovação de mapa de trabalhos e quantidade final e de novas peças desenhadas. Prorrogação de prazo.” Ratificação de despacho
13. Requalificação da Rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel - Concurso público n.º 08/2019. Deliberação Inicial
14. Requalificação Arquitetónica e Energética do Edifício da Biblioteca Municipal - Concurso público n.º 10/2019. Deliberação Inicial
15. Requalificação da Cantina Escolar da Embra - Concurso público n.º 22/2018. Esclarecimentos, Erros e Omissões

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

16. Isenção do pagamento de taxas

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

17. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas frente à escola Nery Capucho - Marinha Grande.
18. Pedido para colocação de um sinal para 2 estacionamentos de apoio à largada e tomada de crianças para a instituição ZigZag na Av. Eng. Arala Pinto - Marinha Grande.
19. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento a Pessoa Portadora de Deficiência no Largo Ilídio de Carvalho nº 16 2º Dto. - Marinha Grande
20. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas de duração limitada na Avenida Marginal - Praia de Vieira.
21. Pedido para colocação de uma passadeira na Rua Manuel Fernandes dos Santos (entre o cemitério e o parque Mártires do Colonialismo - Marinha Grande).

GESTÃO URBANÍSTICA

22. Req.º nº 1486/17, datado de 22/08/2017 - Proc.º n.º 388/17, datado de 22/08/2017 - Joaquim Manuel Pereira Fernandes
23. Req.º nº 29/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º n.º 528/17, datado de 24/11/2017 - Cecília da Conceição de Sousa e Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues
24. Req.º nº 145/19, datado de 24/01/2019 - Proc.º n.º 26/19, datado de 24/01/2019 - Centimfe - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos
25. Req.º nº 427/19, datado de 01/03/2019 - Proc.º n.º 79/19, datado de 01/03/2019 - Tecblue - Investimentos Turísticos Lda
26. Req.º nº 347/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º n.º 223/18, datado de 14/06/2018 - Manuel Pereira Dias Cordeiro
27. Req.º nº 627/18, datado de 24/03/2018 - Proc.º n.º 60/17, datado de 16/02/2017 - Teresa de Jesus Teixeira Cerva Ricardo

28. Req.º nº 330/19, datado de 14/02/2019 - Proc.º n.º 96/18, datado de 21/03/2018 - Orlanda da Encarnação Domingues da Silva e Lúcia Paula Domingues da Silva
29. Req.º nº 2120/18, datado de 22/11/2018 - Proc.º n.º 499/18, datado de 22/11/2018 - Mário Felismino Gaspar
30. Req.º nº 367/19, datado de 21/02/2019 - Proc.º n.º 332/18, datado de 09/08/2018 - Ana Filipa da Silva Morgado
31. Req.º nº 318/19 datado de 12/02/2019 - Proc.º n.º 122/18, datado de 09/04/2018 - José Júlio dos Santos Duarte Alves
32. Req.º nº 1320/18, datado de 18/07/2018 - Proc.º n.º 377/07, datado de 11/06/2007 - José Fernando Neto Grilo
33. Req.º nº 740/17, datado de 02/05/2017 - Proc.º n.º 213/2017, datado de 02/05/2017 - Carlos de Figueiredo Dinis
34. Req.º nº 295/19, datado de 08/02/2019 - Proc.º n.º 49/19, datado de 08/02/2019 - Maria Cristina Guerra Luís Cruz e Mário Carvalheiro da Cruz
35. Req.º nº 282/19, datado de 06/02/2019 - Proc.º n.º 45/19, datado de 06/02/2019 - José Manuel Gomes Cardoso
36. Req.º nº 307/19, datado de 11/02/2019 - Proc.º n.º 508/18, datado de 26/11/2018 - Valorvector - Unipessoal Lda
37. Req.º nº 191/19, datado de 31/01/2019 - Proc.º n.º 39/19, datado de 31/01/2019 - Moldes Catarino, Lda.
38. Req.º nº 2173/18, datado de 03/12/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal
39. Req.º nº 1784/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 490/16, datado de 28/11/2016 - Bleach Design Unipessoal, Lda.
40. Req.º nº 1591/18, datado de 04/09/2018 - Proc.º n.º 137/17, datado de 11/04/2017 - Rogelastro, S.A.
41. Req.º nº 208/19, datado de 01/02/2019 - Proc.º n.º 122/17, datado de 05/04/2017 - Graphite Technologies Moldes Portugal, Lda.
42. Req.º nº 291/19, datado de 07/02/2019 - Proc.º n.º 48/19, datado de 07/02/2019 - José Carlos Terra - Cabeça de Casal da Herança de

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

43. Atualização bienal do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, do inquilino residente na Rua do Camarnal, n.º 49 - Camarnal.
44. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social

INTERVENÇÃO CULTURAL

45. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ratificação de Despacho
46. Casa da Cultura Teatro Stephens – Pedido de cedência para o dia 12 de julho apresentado pela Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento.
47. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural

ATIVIDADE FÍSICA

48. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza desportiva
49. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Clube de Atletismo da Marinha Grande – 1.º Meeting Internacional de Lançamentos Cidade de Cristal

TURISMO

50. Aprovação da proposta de Regras de Participação, Organização e Funcionamento das Festas da Cidade da Marinha Grande para o ano de 2019

51. Sorteio para ato público de atribuição de 11 lugares para o exercício de venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Parque da Cerca - Concelho da Marinha Grande e aprovação do Programa de Procedimento de atribuição de 11 lugares para venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - ano 2019

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

52. Zona Industrial da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel, causados por contentor de lixo privado - Requerente: Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio - Audiência prévia sem alegações - Decisão final



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Júlio Franco Rosa – cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos, que constam da intervenção escrita que entregou e que se anexa à presente ata (**Anexo 1**):

- voltou a alertar para o estado do pavimento de acesso ao Imagran, sobre o qual já tinha falado há cerca de 2 anos. Foi informado que o condomínio andou mais de um ano em litígio com a Câmara, até que depois de irem à Conservatória se chegou à conclusão que a responsabilidade é da Câmara, que ficou de arranjar. Por que ainda não o fez?
- alertou também para o péssimo estado em que se encontra o pavimento e os lancis junto à entrada da fábrica Ex-Ricardo Gallo e os respetivos passeios envolventes. Pede que sejam arrançados, dado o perigo de quedas.

2. Sr. Vítor Rui Morgado Santos, em representação dos moradores da Rua da Vitória, Ordem – referiu que os moradores já fizeram vários abaixo-assinados sobre as obras que estão a ser executadas na Rua da Vitória. Na passada sexta-feira fizeram um encontro de moradores, onde foram apresentadas sugestões, de modo a evitar alterações mais tarde, com a obra já concluída. É uma rua que não serve só os moradores, mas também os utilizadores do campo de futebol e da escola. Concordam que a rua tenha um só sentido, mas constataam que estão a retirar estacionamentos então percebem porque os passeios são tão largos.

Das situações discutidas nessa reunião, que constam do documento escrito que foi entregue e que se anexa à presente ata (**Anexo 2**), destacam-se as seguintes sugestões:

- Necessidade de alargar a faixa de rodagem;
- Criação de estacionamentos ao longo do Jardim de Infância;
- Mudança dos caixotes do lixo para o outro lado da vala, deixando assim espaço livre ao pé da escola, para estacionamento.

O Sr. Vítor Santos terminou a sua intervenção pedindo aos membros do executivo que se desloquem ao local, e deixando uma palavra de apreço para os trabalhadores da obra.

3. Sr. Joaquim Loureiro Andrade – cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos, que constam da intervenção escrita que entregou e que se anexa à presente ata (**Anexo 3**):

- Quer respostas às perguntas do passado e também do presente.
- Em 12/01/2017 fez o alerta para a falta de condições para as pessoas sem mobilidade e a falta de colocação de 3 placas sinaléticas. Pergunta: quando vão ser colocadas as 3 placas em falta?
- E a correção da inclinação da rampa da Rua Manuel Fernandes Santos, que está ilegal e perigosa, uma vez que tem 12,5% de inclinação quando deveria ter 6%, quando vai ser corrigida?
- Parque Mártires do Colonialismo - a Câmara vai ou não corrigir todas as anomalias que tem vindo a apontar? Há troncos de árvores que não foram retirados, as mesas e os bancos ainda não foram pintados, a casa de banho para crianças ainda não foi construída, o lixo junto à Oficina da Música ainda não foi retirado. Para quando?
- E a sinalética prometida desde 2014, para quando a retirada das placas erradas e mal direcionadas?
- Qual o ponto de situação das anomalias da obra da Resinagem?
- Terminou referindo que aguarda respostas.

4. Sr.ª Vânia Sofia de Oliveira Leal – pretende saber por que razão a Câmara não concede autorização para a abertura do ramal de gás para a sua moradia. Está à espera desde agosto/2018, tem trocado e-mail's com a Lusitaniagás, que diz estar à espera da ordem da Câmara. Quer saber quando será dada essa autorização.

5. Sr.ª Paula Cristina Marques Pereira Lourenço – pretende falar sobre as instalações do Agrupamento de Escuteiros 1076, de Vieira de Leiria.

Começou a sua intervenção lendo uma introdução ao assunto, que versava sobre a razão da inscrição dos seus filhos no Agrupamento de Escuteiros de Vieira de Leiria, que conta com cerca de 60 pessoas.

Referiu que é com imensa tristeza que verifica as condições decrépitas e até perigosas em que se encontram as instalações. Agora surgiu a hipótese de terem uma nova sede, na Escola dos Outeiros, dispondo-se a fazer todas as obras necessárias, pelo que pedem a atribuição do espaço do Jardim de Infância dos Outeiros. Sabem que a Sr.ª Presidente e a Sr.ª Vereadora Célia visitaram a sua sede, prometeram ajudá-los, e por isso todos os pais, que aqui representa, esperam que cumpram a sua palavra.

Terminadas as intervenções, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que depois de cumprimentar todos os presentes na sala e em casa, **respondeu o seguinte às intervenções dos munícipes:**

- Sr. Júlio Rosa – sobre a rua junto ao Ricardo Gallo, disse que está referenciada como necessitando de reparação, mas neste momento não está prevista qualquer intervenção.
Sobre a rua de acesso ao Imagran, referiu que sabe que no passado houve esse jogo do “empurra”, mas neste momento a verdade é que há um projeto para intervir na Rua D. João Pereira Venâncio, Rua de Santa Isabel e Rua do Salgueiro. Vai ser lançado o concurso, que inclui pavimentação e reformulação de passeios das ruas principais e também as transversais, nas quais se inclui também a rua do Imagran, parte da Rua Manuel Pereira Roldão e Rua Ilha do Corvo.

Prevê começar a obra em finais de abril, e caso o Sr. Júlio esteja interessado, está disponível para lhe mostrar o projeto.

- Rua da Vitória – o **Sr. Vereador** referiu que se trata de uma intervenção de fundo, e tudo o que forem sugestões exequíveis está disponível para as fazer, apesar de haver coisas de que não se pode abdicar. Está a ser dado conforto a uma das ruas mais degradadas do concelho, criando passeios, tão necessários, mas poderão sempre afinar-se alguns aspetos. Contudo, como a obra está a andar bem, têm que se reunir rapidamente.

A Rua do Sol entrará em obra a seguir, e ficará depois com o sentido oposto ao da Rua da Vitória.

Seguidamente explicou a forma de recolha e entrega de crianças na escola por parte dos autocarros.

Referiu ainda que o Sr. Maia, com a sua intervenção para a obra da Rua das Andorinhas, é o exemplo de como se pode fazer uma obra excelente com a colaboração dos moradores.

Terminou referindo que também aqui está com abertura total, vai analisar as sugestões apresentadas e depois entrará em contacto com o Sr. Vítor Santos.

- Sr. Joaquim Andrade – apresentou muitas questões e algumas são apreciações pessoais, que ouviu mas não lhe compete comentá-las.

Sobre as questões disse que se compromete a analisá-las, ir verificar e depois responder-lhe a tudo, por escrito.

Em relação aos passeios, informou que ontem foi feita a consignação com a empresa que durante um ano irá fazer a sua manutenção.

No que diz respeito à Resinagem, referiu que têm estado a ser feitas as manutenções e reparações da responsabilidade da empresa, e depois serão feitas as manutenções da responsabilidade da Câmara.

Terminou referindo que apesar das respostas que deu agora, irá responder por escrito a todas as questões, até porque uma delas aponta uma situação de ilegalidade.

- Sr.^a Vânia Leal – informou que tem havido problemas com a ligação do gás em alguns locais, e a Câmara tem estado em conversações com a Lusitaniagás. O que tem levado ao indeferimento e à não autorização de abertura de vala é o estado do pavimento, e por isso a Câmara está a tratar de fazer um protocolo com a Lusitaniagás em que se definem as condições para a abertura de ramais. Em outubro de 2018 a Lusitaniagás fez 6 pedidos e 3 deles foram indeferidos precisamente por causa dos pavimentos. Aquilo que irá ficar no protocolo será a condição de a Lusitaniagás deixar o pavimento tal como fazem nas auto-estradas. Nestes casos de indeferimento, a Câmara tem estado a dar a indicação de que podem fazer a instalação já nas condições de pavimentação que irão ficar definidas no protocolo. O caso da ligação da D. Vânia é um deles, pelo que espera que se resolva o mais rápido possível.

Seguidamente a Sr.^a Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte:

- Sr.^a Paula Lourenço – a **Sr.^a Vereadora** explicou a situação, que tem sido falada frequentemente nas reuniões, e que, resumidamente, diz respeito a 3 pedidos de cedência de espaço por 3 instituições de Vieira de Leiria: Casa Águia, que pede desde 2010; CRPI, desde 2017 e depois os Escuteiros, que sempre pediram à

Câmara a cedência de uma casa das matas, e só em junho é que pedem a Escola dos Outeiros.

Disse que tentou que as 3 instituições partilhassem o espaço e nenhuma cedeu.

Enviou todos os documentos do processo aos Srs. Vereadores e agora está a preparar o processo para trazer aqui à reunião a proposta para cedência das instalações da Escola dos Outeiros.

A **Sr.ª Presidente** disse que efetivamente visitou, com a Sr.ª Vereadora, as instalações dos Escuteiros, verificaram as condições e a manifestação das suas necessidades.

Depois de saírem de lá voltaram a contactar o ICNF, no sentido de saber se havia alguma casa disponível.

Gosta de assumir a sua palavra, e é por isso que faz referência às outras duas instituições que antes dos Escuteiros fizeram pedidos de instalações. A Câmara tem respeito pelos Escuteiros, assim como tem com a 3.ª idade e com quem pratica desporto, e por isso se está a tentar encontrar soluções, e há que tentar aguardar pela solução se ela não for logo encontrada no imediato.

Terminou referindo que empenhadamente está disponível para resolver a situação de todos, dentro das disponibilidades que a Câmara tem, e é isso que é a sua palavra e que irá cumprir.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra cumprimentou todos os presentes e prestou as seguintes informações:

- Deu os parabéns à Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro da Ordem, pelo sucesso do Torneio Nacional de Ténis de Mesa, que decorreu nos dias 9 e 10 de março, no Pavilhão Gimnodesportivo de Vieira de Leiria. Teve uma boa organização e bons patrocínios, que agradeceu.
- Referiu a realização da conferência-debate sobre "O Papel das Mulheres na Economia e na Sociedade em 2019", que teve lugar na passada sexta-feira, dia 8 de março, no edifício da Resinagem, com muito sucesso, e cuja organização quer louvar.
- Salientou também as comemorações dos 31 anos de elevação a concelho e os 25 anos do projeto "À Descoberta das 4 cidades", que contou com a participação de crianças e professores nas várias atividades que tiveram lugar.

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Agradeceu a intervenção dos munícipes, mas só irá falar sobre os Escuteiros. É um assunto já aqui falado algumas vezes, e só lamenta que passados 9 meses desde que a escola ficou vaga não se tenha conseguido encontrar uma solução.

Julga que não se deve olhar só à data em que fizeram o pedido, mas há que encontrar uma solução, porque ter a escola fechada não é bom para ninguém.

- Questionou o seguinte:
 - ⇒ Há novidades sobre a obra do Centro de Saúde, que era para arrancar em setembro e continua na mesma?
 - ⇒ E quando é colocada a cadeira de dentista e começam as consultas?
 - ⇒ Há novidades sobre a abertura das estradas da mata?
 - ⇒ Rotunda do Atrium – há alguma ideia para requalificar esta rotunda, que está abandonada e é um local de passagem?
 - ⇒ Há novidades sobre os estaleiros da Vieira?
 - ⇒ Quando é que é melhorado e melhor direcionado o estacionamento da TUMG frente ao Cristal?

A Sr.^a Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1) Escola dos Outeiros: a decisão deve ser tomada em função da relevância para a comunidade. É feito porque se prometeram às 3 entidades.

2) Propor que se aproveite o espaço existente ao redor e em frente às Piscinas Municipais de Vieira de Leiria para se fazer um estacionamento. Uma vez que tem portões a partir da estrada principal (Vieira-Marinha) podia ainda ser uma mais valia na eventualidade de ser necessária uma ambulância.

3) Ponto situação sobre parecer jurídico da parte da câmara sobre os wc's dos concessionários serem considerados camarários.

4) Na reunião de 28 maio do ano passado, questionei a Sra presidente se era intenção do município candidarmo-nos à Bandeira Azul, e a resposta foi que SIM! Havia apenas alguns condicionantes a rever para nos candidatarmos em 2019.

Na reunião de 11 de fevereiro deste ano a vereadora Patrícia questionou a Sra. Presidente para que informasse quantas praias do nosso concelho candidatamos à Bandeira Azul este ano. Ao que a Sra Presidente respondeu que não sabia que iria ver e depois informava.

A proposta já não fez sentido porque as candidaturas estão fechadas desde 23 fevereiro, nesse sentido venho questionar se nos vamos candidatar ao MAR2020, e tentar com isso melhorar as nossas praias em algo, ou se vamos também ignorar?

5) Lota na Praia da Vieira continua destruída. Estamos perto da época do ano em que a arte xávega recomeça. Onde vão os pescadores vender o peixe? Atenção que estão barrotes prestes a cair a qualquer instante. Está perigoso.

6) Ponto situação sobre a ambulância para os BVVL? Foi feito um pedido à CMMG e venho questionar se já foi dada resposta aos bombeiros e qual a decisão.

7) Colunas de iluminação na estrada circundante de acesso à zona industrial de Vieira de Leiria. Estas colunas de iluminação metálicas estão instaladas no eixo de via e algumas estão em mau estado, tombadas e com risco de queda na faixa de rodagem. Isto é um alerta, penso que sabem o que poderá acontecer.

8) Sinalética em todo o concelho. Não temos placas regulamentares de início de localidade, nem de fim, mas também não temos de indicação de museus, camara, pavilhão desportivo, bombeiros, etc, etc

Sinalização rodoviária também necessita de um levantamento com as Juntas de Freguesia (Marinha, Moita e Vieira). Exemplo: falta de sinais de proibição de ultrapassagem junto ao intermarché de Vieira de Leiria, onde existe uma zona contínua e depois descontínua, onde era importante um sinal de proibição de ultrapassagem. Isto é apenas um exemplo das dezenas de situações que devem ser corrigidas.

Deste modo peço à Sra Presidente e à Sra Responsável da proteção civil, que por acaso é a mesma pessoa, que tome providências! Obrigada.”

O Sr. Vereador José Luís Sousa referiu que apenas pretende abordar duas ou três questões sobre as intervenções do público, que são as seguintes:

- Ouviu a resposta do Vereador Caetano sobre a rua do Imagran, que foi durante muito tempo um braço de ferro com a Câmara, e que é obviamente um espaço público, daí que a intervenção seja uma boa notícia.
- Gallovidro – a Câmara tem que tomar medidas porque os camiões destroem sistematicamente o pavimento. Não passarem por lá os camiões não é solução para ninguém, e a seu ver a solução passa por fazer uma reconversão daquela rua.
- Rua da Vitória – é uma boa notícia, trata-se de uma obra que vai ao encontro das expectativas dos moradores, que já esperavam por ela há muito tempo. Não está contra os técnicos, mas a sua visão às vezes é muito fechada, e aquela rua tem uma história e tem que ser respeitada. Entende que “perante o pano é que se faz o fato”, e o melhor é ir lá e ver o que é possível fazer, com a opinião dos moradores.
- Sr. Joaquim Andrade – é de opinião que, na medida do possível, devem ser atendidas as questões que coloca. As Câmaras Municipais têm dinheiro para grandes obras, mas o grande problema é a manutenção.
- Casa para os Escuteiros – não conhece o processo, mas perante o que é colocado entende que deve ser visto da seguinte forma: há 3 pedidos, por isso o assunto deve ser visto em conjunto com as 3 entidades, não pela antiguidade, mas sim em função da prioridade e da necessidade da entidade. É necessário este diálogo, e assim parece-lhe que será possível encontrar a solução.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:

- Agradeceu a presença dos munícipes, pela sua participação e pelo seu exercício da cidadania.
- Sr. Júlio e Sr. Andrade – vieram dizer o que já aqui foi dito antes.
- Ricardo Gallo – a rua está quase intransitável.
- Rua da Vitória – há que refletir sobre este assunto. Os políticos devem satisfazer as necessidades dos munícipes, e quando assim não acontece há insatisfação, e aquilo que se vai fazer agora já devia ter sido feito antes. O estacionamento em frente à escola, não previsto, é uma lacuna. O Vereador falou em ter pressa na obra mas há que pensar agora porque depois será tarde e isso terá custos.
- Das referências que o Sr. Andrade falou há uma que o preocupa: as obras da Resinagem, pelo que solicitou a lista das obras que estão a ser feitas pela empresa e as que são da responsabilidade da Câmara.
- Escola dos Outeiros – há que encontrar solução para as 3 instituições, mas deve ser visto a qual delas o espaço é mais adequado. Na sua opinião é isto que deve ser feito, mas com celeridade.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. FELICITAÇÕES

a) *Felicitar o Clube de Atletismo da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho no campeonato nacional Sub-23, realçando a atleta Maria João Esteves por se sagrar vice campeã nacional no salto em comprimento e o Rodrigo Agostinho medalha de bronze na mesma disciplina.*

b) *Felicitar a patinagem de velocidade do agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho no campeonato distrital indoor. Entre os patinadores felicitar o Manuel Piteira, a Maria Legoinha, o António Piteira e a Diana Mendes que se sagraram campeões distritais.*

c) *Felicitar o Judo Clube da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho no campeonato nacional de juniores, onde há a realçar a conquista da medalha de bronze pela judoca Joana Rocha, na categoria de -57Kg.*

d) *Felicitar o treinador marinhense de MuayThai Joel da Cruz por ter sido distinguido pela Federação Portuguesa como “Treinador do ano”.*

2. MUNÍCIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.

2.1 *Chegou-me a informação dum município sobre a situação na Rua Manuel Pereira Roldão, junto à pastelaria Norte, no Edifício Veneza. Em março do ano passado, portanto há um ano atrás, o município enviou um mail para a Câmara alertando para os paralelos que ficaram por colocar num passeio, após terem tapado os buracos. Em dezembro último, o município voltou a alertar dizendo que com a chuva está a abrir um buraco para a vala ali existente, que recentemente entupiu dando origem a inundações no edifício contíguo. Diz ainda que a vala “é um autêntico esgoto de fossas que estarão ligadas à mesma, e com o calor é insuportável o cheiro.”*

Perante a não resolução do problema e o silêncio da Câmara, o município questiona porque o assunto ainda não foi solucionado e se não tem direito a uma resposta por parte da Câmara.

Mais um exemplo dum município indignado com o comportamento da Câmara em não resolver os assuntos que lhe dão conhecimento e ainda mais, sem sequer obter uma resposta.

2.2 *Empresa Chama de Sucesso – Vieira – emissão de alvará de autorização de utilização*

É uma situação dum empresa em que a sua atividade é armazenamento de gaz em instalações já licenciadas e requereu a emissão de alvará de utilização. Ora a Câmara, ao abrigo do RMEU, entende que deve aplicar uma taxa de 15.000€, como se a atividade da empresa fosse um posto de abastecimento, que não é o caso. São atividades distintas, e como tal, terão de ter taxas completamente diferentes. Senão basta comparar com situações semelhantes nos municípios vizinhos.

É lamentável que continuemos a penalizar os empreendedores que querem investir no nosso concelho, dificultando-lhes a sua atividade, comprovando que o artigo recente num jornal regional tem todo o sentido.

Proponho que de imediato seja revista a taxa a aplicar a esta empresa, de acordo com a sua atividade económica.

Da mesma forma que questiono em que ponto está a revisão do RMEU e para quando podemos ter este regulamento revisto, que é profundamente injusto.

2.3 Empresa Time Molde II - PC N.º 22/15 – Moita

Situação duma empresa de moldes que desde 1998 está instalada na Moita. Em 2015 apresentou à Câmara um projeto de legalização e ampliação, que foi aprovado. Em 2017 apresentou os projetos de especialidades e a Câmara exigiu que a empresa executasse a rede de abastecimento de águas e participasse nas obras de urbanização, nomeadamente a construção da rua, com passeios, iluminação e ainda o saneamento e as telecomunicações.

Mais um exemplo duma empresa marinhense que quer crescer, criar mais riqueza e postos de trabalho, e a Câmara o que faz é dificultar a sua atividade.

Esta empresa quer legalizar-se, e perante a situação da camara não criar as infraestruturas na rua, aceitou pagar 27.529,70 €.

A questão que se coloca é que a Câmara exige que a empresa pague este valor de imediato, não se comprometendo com a data da realização das obras de urbanização. Ou seja, a empresa vai adiantar o dinheiro sem que tenha um compromisso da Câmara, da data em que estará pronta a rua e possa obter a legalização.

Com certeza a Câmara não duvida que a empresa irá pagar este valor, mas será de bom senso que a pague após estar realizada e não como adiantamento dum prazo que não se sabe a data.

A minha proposta é que a Câmara acorde e assine um compromisso escrito com a empresa, de que esta pagará os 27.529,70 €, assim que a rua estiver feita.

Dada a urgência desta empresa se legalizar, a Câmara devia aceitar esta proposta e iniciar de imediato os procedimentos para que se realize esta obra, evitando que mais uma vez uma empresa ao pretender crescer ou legalizar-se, seja forçada a sair do concelho

3. ASSUNTOS DIVERSOS

3.1 As esplanadas em S. Pedro

As esplanadas na Rua Dr Adolfo Leitão, em frente ao Topis, Iceberg e ao Rosis há muito que têm sido notícia. Estas planadas pertencem à Câmara, e foi há muito tempo definido que tem de ser feita uma intervenção, para melhorar o espaço e permitir resolver alguns dos problemas ali existentes, um dos quais o barulho. Não esquecer que há obras dos proprietários a realizar, mas só poderão ser feitas após as obras nas esplanadas.

Vem aí mais uma época balnear, e as esplanadas continuam sem qualquer intervenção.

Gostaria de questionar o projeto da intervenção que vai ser realizada e para quando.

3.2 Usualmente a Sra Presidente e os vereadores com pelouros dizem que o executivo permanente não sabe tudo e há questões que não podem responder de imediato, mas que já apontaram, vão indagar e que responderão.

Queria questionar sobre assuntos que ficaram de responder. Creio não ser necessário estar a repeti-los porque a Sra Presidente e os Srs. vereadores anotaram.”

Antes de responder às questões da sua área, o Sr. Vereador Carlos Caetano referiu o seguinte:

Situação no Hospital de Leiria – referiu que está preocupado, como autarca e como pessoa que trabalhou mais de 30 anos na área da saúde.

Durante anos foi um Hospital que bem serviu as populações e cuja área de abrangência foi alargando ao longo dos anos, vindo ultimamente a absorver o Hospital de Alcobaça, o que foi a grande “machadada” no Hospital de Leiria, que aliada à falta de pessoal veio a dar origem à situação actual.

Assim, pediu à Sr.ª Presidente que esteja ao lado do Presidente da Câmara de Leiria, porque o Hospital não é só de Leiria, e que junto dos seus colegas Presidentes também encete esta luta para voltar a colocar o Hospital no lugar que ele merece.

E agora, que o mesmo serve mais de um milhão de habitantes, talvez se deva começar a sonhar e a pensar em reivindicar a construção de um novo Hospital.

Seguidamente o Sr. Vereador respondeu o seguinte:

- Rotunda do Atrium – numa das últimas reuniões de Câmara foi aprovado um projeto para a Rua Professor Virgílio Morais, que engloba também a Rotunda do Atrium.
- Estaleiros da Vieira – está a ser desenvolvido o projeto.
- Estacionamento frente à Tasca Nova – tendo-se chegado à conclusão que o espaço já é da Câmara, será mais fácil intervir, embora o Sr. Vereador tenha informado que nesta altura não está a decorrer qualquer projeto.
- Estacionamento junto às piscinas da Vieira – como o edifício foi renovado ainda ficou mais em evidência o espaço, que pode ser reconvertido. O Sr. Vereador disse que é uma sugestão a pensar.
- Sinalética – o Sr. Vereador referiu que há na Câmara 10 placas de entrada e saída na Marinha Grande, agora só falta colocá-las.
- Acesso ao Imagran – é uma obra mais do que necessária e por isso se vai avançar.
- Lota – está no orçamento e está a ser desenvolvido o projeto para se fazer a obra, que será um ponto de venda de peixe.
- Candeeiros da Zona Industrial da Vieira – são da EDP, a situação já foi reportada, mas tem que se voltar a pressionar.
- Rua Manuel Pereira Roldão – vai haver esta semana uma reunião com os moradores do edifício Veneza, por causa da vala.
- Esplanadas de S. Pedro – é um trabalho rápido, que está a ser feito em simultâneo com a lota da Vieira.

A Sr.ª Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:

- Obras do Centro de Saúde – o processo está no Tribunal de Contas e tem tentado saber quando haverá resposta, o que talvez possa acontecer no fim da próxima semana. É verdade que era para começar dia 15 de setembro, mas houve questões colocadas pelo Tribunal de Contas que tiveram de ser respondidas pelas várias entidades, designadamente a ARS, porque o projeto era deles.
- Cadeira de dentista – foi uma questão que também teve que ser vista com a ARS e ACES, e vai-se esperar para ter melhores condições, depois das obras.
- Abertura das estradas da mata – a Sr.ª Presidente informou que ainda a semana passada cá esteve o Secretário de Estado das Florestas, e esta foi uma das questões que levantou, tendo ficado de fazer uma reunião.

Também para a semana vai haver uma reunião com o ICNF, com os representantes do Rally Vidreiro e com a Associação de moradores de S. Pedro de Moel. Aguarda-se que quem adquiriu as árvores na hasta pública de fevereiro as vá cortar, e tem a informação de que será em maio.

- Escola dos Outeiros – a Sr.^a Presidente referiu que a Sr.^a Vereadora Mêlina não deve ter entendido o que disse, porque não fez promessas a 3 entidades diferentes. Em 2010, na Junta da Vieira, atendeu a Casa Águia, e na altura previa-se fazer o Centro Escolar de Vieira de Leiria, e então haveria escolas disponíveis para atribuir. Depois esteve também com a CRPI e deu a mesma informação, que logo que fosse possível assim o fariam.

No final do ano passado, a convite dos Escuteiros, fez uma visita com a Vereadora, para ver as suas condições, e pode aqui reafirmar que não fez qualquer promessa de que a escola era para os Escuteiros. Quer deixar claro que não fez a mesma promessa às 3 entidades.

Seguiu-se uma troca de palavras sobre o assunto entre a **Sr.^a Presidente** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**.

- Sobre os wc's dos concessionários serem considerados públicos – a **Sr.^a Presidente** informou que já aqui disse que os concessionários da Vieira foram a uma reunião na CCDDR, acompanhados por alguém da Câmara, e a informação que obtiveram é que não podem ser considerados públicos porque a concessão decorre de um contrato, no entanto vai ver de outras possibilidades.
- Bandeira Azul – referiu que já aqui deu as razões, mas vai enviar uma resposta por escrito.
- MAR 2020 – está a ser preparada a candidatura, com cerca de 500 mil euros, para se fazerem na Praia da Vieira os armazéns e os seus acessos. Há uma área que é do ICNF, de que já falou ao Secretário de Estado, para que dê uma anuência e ajuda para fazer os armazéns naquele espaço.
- Ambulância para os Bombeiros da Vieira – é uma candidatura e está em mão para resolver.
- Proteção Civil – estão a ser feitas várias ações junto das populações para as sensibilizar para os incêndios e também para a realização das queimas.
- Acesso ao Imagran – o Sr. Vereador José Luís falou do braço de ferro, mas quando o condomínio colocou a questão à Câmara verificou-se que era possível fazer a obra e vai ser feita, tal como o Sr. Vereador já aqui informou.
- A **Sr.^a Presidente** referiu que se fala muito de que a Câmara não faz obra e não se empenha. Há uma listagem de obras executadas o ano passado, e é bom lembrar que nos dois últimos meses não foi possível, por o orçamento não estar aprovado, e a Câmara realizou cerca de 5 milhões de euros de obras. Então é porque se fez obra.

Neste momento está uma listagem de obras na Divisão Jurídica, com cerca de 9 milhões de euros, e isso significa que logo que haja possibilidade elas serão realizadas. O que está no orçamento vai sendo cumprido, são as obras que têm fundos candidatados e projetos prontos.

A **Sr.^a Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** reclamou a resposta à questão das taxas das empresas.

A **Sr.^a Presidente** informou que dará depois.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:30 horas às 16:50 horas.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 4, da reunião ordinária do dia 11 de fevereiro de 2019

148 - Presente a ata n.º 4, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 11 de fevereiro de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores José Luís Sousa e Mêlina Mira, por não terem estado presentes na reunião.

2. Aprovação da ata n.º 5, da reunião extraordinária do dia 18 de fevereiro de 2019

149 - Presente a ata n.º 5, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 18 de fevereiro de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores José Luís Sousa e Mêlina Mira, por não terem estado presentes na reunião.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

3. Resumo de Tesouraria do dia 06 de março de 2019

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia seis de março de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

13.641.608,80€ (treze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, seiscentos e oito euros e oitenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

4. P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”. Aprovação de serviços a menos.

150 - Considerando que na sequência do P.A. n.º 112/2017-AP/DISU - Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal, foi celebrado o contrato n.º 122/2017 para o fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, com a empresa PH ENERGIA, LDA, NIF 513 239 731, pelo valor global de 1.298.177,13€ (um milhão, duzentos e noventa e oito mil cento e setenta e sete euros e treze cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal.

Considerando que o contrato terminou a 31/01/2019 e que a DQV - Divisão de Qualidade de Vida, através da informação SS.03.2019, informou que estão concluídos os procedimentos de mudança de comercializador em relação a cada um dos locais de consumo, no âmbito dos contratos celebrados na sequência do P.A. N.º 105/2018-AP/DISU, e que por esse facto propõe a aprovação de serviços a menos parciais, no valor de 100.000€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, por até ao presente não terem sido remetidas todas as faturas devidas, pelo anterior comercializador PH ENERGIA, LDA, para que esta autarquia proceda à sua conferência e pagamento e que analisado o histórico de faturação se afere que o valor registado em compromissos é superior ao valor necessário para o registo e pagamento das faturas subjacentes aos consumos por faturar.

A Câmara Municipal, depois de analisado o processo, delibera proceder à aprovação de serviços a menos parciais do P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”, no montante de 100.000€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 379.º, nº. 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019

A **Sr.ª Presidente** fez a apresentação desta modificação e da sua necessidade, esclarecendo as questões colocadas pelos Srs. Vereadores, designadamente sobre a fase 4 da Zona Industrial, o aumento de mais um dia para as Festas da Cidade e o reforço das ações de Recursos Humanos.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** explicou as verbas para a inclusão do dia da 5.ª feira da Ascensão no programa das Festas da Cidade e o aumento para os espetáculos na Casa da Cultura.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** explicou as verbas para obras de saneamento.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** disse que se deveria alterar esta metodologia, embora saiba que têm que se fazer modificações. Na sua opinião já se devia estar a pensar fazer a revisão, e por isso voltar a marcar a reunião de trabalho que foi adiada.

O **Sr. Vereador José Luís Sousa** referiu que o orçamento foi aprovado há pouco tempo e esta situação revela uma manifesta falta de planeamento. Embora não prescindir de qualquer destas obras, a CDU não está disponível para aprovar esta modificação, senão seria dar o dito pelo não dito. Estão sim disponíveis para introduzir o saldo de gerência. Em relação à introdução da 5.ª feira da Ascensão nas Festas da Cidade, disse que lhe parece uma decisão de mau gosto, porque quebra a tradição das famílias marinhenses.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que se sente desconfortável com esta situação, de se viver no limite do abismo. Como exemplo lembrou que a Rua Aníbal Bettencourt vem de dezembro de 2017, e agora vem-se dizer que tem de ser feita porque vem aí a época balnear, e se não se fizer a culpa será da oposição, que não aprovou a modificação ao orçamento.

A **Sr.ª Presidente** referiu, sobre as Festas da Cidade, que tem havido pedidos para o alargamento do período. Na 5.ª feira da Ascensão a abertura das festas é ao final do dia, na continuação do dia de festa das famílias.

Lembrou, em relação à Rua Aníbal Bettencourt, os estudos que foi necessário fazer e o tempo que os mesmos levaram, e isso não é estar no abismo.

Referiu que compreende a análise política dos Vereadores da CDU, e lembrou que há outras verbas que também estão a ser utilizadas para saneamento.

Informou ainda que de 14 a 22 de março vai decorrer a auditoria às contas da Câmara, e só depois será possível preparar a revisão. Por esse motivo pediu a compreensão dos Srs. Vereadores, uma vez que não está a fugir ao compromisso assumido.

Seguidamente, a **Sr.ª Presidente** anunciou que ia por a proposta a votação.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu uns minutos para falar com a sua colega Vereadora Mêlina Mira.

A Sr.ª Presidente interrompeu então a reunião por 2 minutos, findos os quais colocou a votação a seguinte proposta:

151 - Presente proposta da 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2019 no valor de 425.497,86 euros nos reforços e de 425.497,86 euros nas anulações.

3.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019 no valor de 256.974,00 euros nos reforços e de 256.974,00 euros nas anulações.

3.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2019 no valor de 180.596,05 euros nos reforços e de 180.596,05 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global

do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU, e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM.

Os Srs. Vereadores da CDU, Lara Lino e José Luís Sousa, proferiram a seguinte declaração de voto:

“A CDU, tal como afirmou na declaração de voto da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2019: Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento, Continua a não abdicar dos princípios que aqui colocou quando da 1ª votação e que nos levaram a votar contra.

Continuamos a achar que é prioritário que existam vias de circulação capazes e dotadas de infra-estruturas, onde elas se mostrem necessárias, que melhorem a nossa qualidade de vida e também, que se criem condições para que o desenvolvimento económico do concelho seja cada vez maior. Isto obriga a que se invista na rede de circulação, na rede de saneamento e na rede distribuidora de água, bem como nas infra-estruturas industriais.

Levantámos, na votação do orçamento, 3 problemas que reputávamos de fundamentais para o poder votar:

- Mais saneamento*
- Mais investimento na rede de águas*
- Mais investimento na Zona Industrial*

Entendemos que o orçamento aprovado (com a abstenção da CDU) para o corrente ano teve em conta um reforço (ainda que insuficiente para suprir todas as necessidades) de algumas destas áreas, nomeadamente no que ao saneamento diz respeito e também, ainda que em menor escala, no que às águas concerne.

No entanto, alertámos - sem execução não haverá orçamento que resista e reforçamos que não deixaríamos de nos manter atentos a alterações futuras ao orçamento!

Assim, não podemos votar favoravelmente uma alteração que sugere a retirada de capital no montante de 229.572,99€ da rubrica de “remediações diversas no sistema de drenagem e de águas residuais do concelho da Marinha Grande”, 4995€ da rubrica “Elaboração de estudos e projectos diversos no âmbito da rede viária”, deixando esta última com 5€.

As rubricas em questão, nesta modificação, tendo em conta a sua importância devem ser reforçadas, tal como já havíamos afirmado, na revisão orçamental, com a introdução do Saldo de Gerência Anterior. Esta modificação, que surge já no mês de março, parece-nos completamente despropositada e merecerá o nosso voto contra.”

Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, proferiram a seguinte declaração de voto:

“Esta modificação revela claramente uma falta de planeamento num orçamento aprovado há tao pouco tempo:

- Temos as Festas da Cidade que orçamentaram em dezembro 194.000€, e agora propõem um reforço para 285.000€. Afirmaram que agora é que viram que é encostado à quinta-feira da Ascensão e por isso vão acrescentar um dia, ou seja passamos de 3 para 4 dias, no entanto aumenta o orçamento em quase 50%;*

- *Os atos culturais na Casa da Cultura têm uma dotação de 2.500€ e agora necessitam de 16.000€. Mas em Dezembro não havia um planeamento para 2019?*
- *Estamos a retirar todo o valor da limpeza de valas e linhas de água. Era previsto em dezembro aquando da elaboração do orçamento e agora, dois meses depois, já não precisamos?*
- *Tínhamos orçamentado 684.000€ para saneamento, valor este que fez com que a CDU aprovasse o orçamento, e neste momento propõem retirar 229.000€. Já não é necessário?*

É uma manifestação clara da pouca importância que se dá ao orçamento e a vivência da ausência dum planeamento.

Para que não haja mais atrasos em obras fundamentais, sobretudo na Rua Aníbal Bettencourt em S. Pedro, onde houve a cratera há 14 meses, e que não se inicie mais uma época balnear sem aquela rua, decidimos abster-nos.”

A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Esta modificação ao Orçamento foi agora necessária uma vez que só nesta data nos foram entregues os projetos que, para além dos valores que estavam estimados, refletem valores diferentes.

Exemplo disso, a Rua Aníbal Bettencourt, com valor de mais 110 mil euros, onde em saneamento são necessários cerca de 80 mil euros.

Também na obra da Biblioteca, uma obra financiada e cujo valor é de 248.182 euros, aparece uma necessidade de reforçar o valor existente anteriormente com 20 mil euros.

Na Escola da Fonte Santa efetivamente não havia valor suficiente para a obra, tendo nós previsto esta rubrica aberta para que efetivamente se conseguisse, como veio a acontecer, o projeto estar finalizado, podermos abrir o concurso para a obra de modo à sua execução.

Tratam-se, por isso, de 3 projetos de desenvolvimento essencial para o nosso concelho.

Como todos sabem o Orçamento não é estático, é dinâmico, e as modificações não se fazem por falta de planeamento, fazem-se sim por reajustes que são efetivamente necessários.

Relativamente ao valor necessário para as Festas da Cidade não se deu agora, em termos de calendário, pela data da quinta-feira da Ascensão, mas sim porque após reunir com as Associações do nosso concelho, estas se manifestaram a favor do alargamento de mais um dia, o que implica, naturalmente, um acréscimo de verba em cerca de 40 mil euros relativamente ao ano anterior.

O respeito que temos pela nossa quinta-feira da Ascensão não impede que as pessoas continuem a fazer os seus piqueniques na nossa mata, por isso tudo faremos para junto do ICNF podermos ter os espaços abertos. Prende-se, neste caso, com iniciar as festividades ao final do dia.

As melhorias que se querem fazer também este ano, com mais um palco, mais atividades, mais uma tenda para a zona de alimentação, naturalmente que também fazem crescer os valores.”

Esta declaração foi subscrita pelos Srs. Vereadores Carlos Caetano e Célia Guerra.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

6. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 01/2019. Deliberação inicial.

152 - Presente informação com a ref.ª I.A.02/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e de gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 157.997,75€ (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros e setenta e cinco cêntimos) e o prazo de execução é de 90 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Isabel Alves (Presidente), Cristina Silva (Vogal), Miguel Figueiredo (Secretário) e como suplentes Rui Vicente e Mauro Oliveira.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. CP - 14/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 01” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - Proposta de aceitação

153 - Presentes os seguintes documentos:
Informação CS/05/2019, de 25.01.2019;
Reclamação apresentada pelo Adjudicatário;
Deliberação de Câmara proferida na reunião extraordinária de 21.12.2018 e minuta de contrato aprovada;
Relatórios final e preliminar de análise de propostas apresentadas ao concurso público CP 14/2018 para adjudicação da empreitada;
Proposta de reajustamento da fórmula de revisão de preços apresentada pela concorrente em alternativa à do cadernos de encargos.

Presente Informação n.º I/481/2019, de 2019.03.01, na qual se apreciam os factos, argumentos e o direito a aplicar concluindo-se pela procedência da reclamação apresentada pela Adjudicatária.

A Câmara Municipal, depois de analisar os documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, delibera aceitar a reclamação apresentada pela entidade adjudicatária da empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 1” nos termos conjugados do nº 1 do artigo 98º e nº 2 do artigo 102º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. CP - 15/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 02” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - Proposta de aceitação

154 - Presentes os seguintes documentos:

Informação CS/06/2019, de 28.01.2019;

Reclamação apresentada pelo Adjudicatário;

Deliberação de Câmara proferida na reunião extraordinária de 21.12.2018 e minuta de contrato aprovada;

Relatórios final e preliminar de análise de propostas apresentadas ao concurso público CP 14/2018 para adjudicação da empreitada;

Proposta de reajustamento da fórmula de revisão de preços apresentada pela concorrente em alternativa à do cadernos de encargos.

Presente Informação n.º I/482/2019, de 2019.03.01, na qual se apreciam os factos, argumentos e o direito a aplicar concluindo-se pela procedência da reclamação apresentada pela Adjudicatária.

A Câmara Municipal, depois de analisar os documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, delibera aceitar a reclamação apresentada pela entidade adjudicatária da empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2” nos termos conjugados do nº 1 do artigo 98º e nº 2 do artigo 102º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 1 - Concurso Público n.º 14/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

155 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “CONTEC - Construção e Engenharia, SA”, para a execução da obra “AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG - FASE 1”.

Presente informação da DQV, com a ref.ª PG02/2019, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a PG02/2019, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG - FASE 1”, adjudicada à firma “CONTEC - Construção e Engenharia, SA”, ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da Saída Norte da ZIMG - Fase 2 - Concurso Público n.º 15/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

156 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “CONTEC - Construção e Engenharia, SA”, para a execução da obra “AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG - FASE 2”.

Presente informação da DQV, com a ref.^a PG01/2019, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a PG01/2019, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG - FASE 2”, adjudicada à firma “CONTEC - Construção e Engenharia, SA”, ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. RECEÇÃO PROVISÓRIA - Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Parte 4 - Concurso público n.º 01/2018

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira fez o seguinte comentário:

“Fazer mais do que uma entrada e saída na ZI foi desde sempre um desígnio do MPM. Não conheço mais nenhuma ZI no mundo que só tenha uma entrada e uma saída. Para além da questão de segurança é incompreensível que os utentes da ZI tivessem de fazer inúmeros Km cada vez que entravam ou saíam da ZI.

O executivo permanente anterior não quis fazer uma rotunda na saída da ZI e aceitou fazer esta saída norte. Ainda bem, mas continuamos com duas saídas e apenas uma entrada.

Recordo quando a esta mesa se colocavam obstáculos à execução desta rua, por causa da vala e dos passeios. Sugeri então que se fizesse passeio apenas dum dos lados e de menor largura. Não aceitaram e fizeram dois passeios com aquela dimensão (penso ser 1,5m de cada lado)

Até hoje não vi passar um único peão nestes passeios e passo por ali 4 vezes por dia. Somos defensores das construções que ajudem a qualidade de vida dos cidadãos, mas podemos comprovar que poderia ter sido feito um passeio apenas dum dos lados, e em contrapartida poderíamos ter feito uma rua de dois sentidos, com entrada e saída.”

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que com a fase 1 e 2 a Zona Industrial passará a ter mais saídas.

Seguidamente, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

157 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Parte 4 - Concurso público n.º 01/2018”, adjudicada por deliberação camarária, de dois de abril de dois mil e dezoito, à empresa “Contec - Construções e Engenharia, SA.”, pelo valor de 175.387,54€ (cento e setenta e cinco mil, trezentos e oitenta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho - Concurso público n.º 21/2018. Aprovação de mapa de trabalhos e quantidade final e de novas peças desenhadas. Prorrogação de prazo.” Ratificação de despacho

158 - Presente despacho n.º 50/2019, com o seguinte teor:

“Presente informação da DGT, com referência RV-06-2019, de 27 de fevereiro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas e se aceitam alguns dos erros e omissões identificados pelos interessados a aditar ao projeto de execução.

Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões e que a ausência de resposta implica a sua rejeição;

Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;

Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;

Considerando que a realização da obra é urgente em função dos propósitos constantes da respetiva memória descritiva;

Decido, de acordo com os artigos 50.º e 64.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- A) Aprovar o mapa de trabalhos e quantidades final;*
- B) Prorrogar por dez dias o prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data de publicação do aviso no Diário da República;*

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.”

Assim, a Câmara Municipal delibera ratificar o despacho n.º 50/2019, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1. al. f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redacção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. Requalificação da Rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel - Concurso público n.º 08/2019. Deliberação Inicial

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira fez o seguinte comentário:

*“Qual a razão para que a requalificação desta rua não ter sido efetuada há mais tempo? Vamos em 15 meses desde que aconteceu a cratera.
Dado o motivo da modificação orçamental hoje proposta ser para que esta obra se inicie de imediato, espero que no início da nova época balnear esta obra esteja terminada.”*

Seguidamente, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

159 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.ªRV-07-2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 290.451,00 euros e o prazo de execução é de 90 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;**

- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Engº Rui Vicente (Presidente), Engª Cristina Silva (Vogal), Arqª Isabel Alves (Secretário) e como suplentes Arqº Mauro Oliveira e Arqº Miguel Figueiredo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Requalificação Arquitetónica e Energética do Edifício da Biblioteca Municipal - Concurso público n.º 10/2019. Deliberação Inicial

160 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.ªMF/10/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 231.254,00 euros e o prazo de execução é de 120 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Arqº Miguel Figueiredo (Presidente), Arqº Mauro Oliveira (Vogal), Engª Cristina Silva (Secretário) e como suplentes Arqª Margarida Abraul e Arqª Isabel Alves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Requalificação da Cantina Escolar da Embra - Concurso público n.º 22/2018. Esclarecimentos, Erros e Omissões

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira questionou o seguinte:

“Gostaria que explicassem como uma requalificação desta cantina pode custar 315.000€.”

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que vai ser quase um edifício novo, porque se trata de uma requalificação muito grande.

Seguidamente, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

161 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação técnica, com a ref.ª 04/MO/2019, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, na qual se aprecia o pedido de esclarecimentos e a apreciação de lista de erros e omissões apresentadas no prazo para o efeito, propõe-se que sejam prestados os esclarecimentos conforme teor da informação supra mencionada e não sejam aceites os erros e omissões apresentados no âmbito do concurso público que tem por objeto a Requalificação da Cantina da Escola da Embra.

Considerando que constitui competência da Câmara Municipal a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 50.º, n.º 5 alínea b), do Código dos Contratos Públicos:

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com o proposto na informação técnica 04/MO/2019, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 50.º, n.º 5 alínea b), do Código dos Contratos Públicos, aprovar:

- a) O mapa de trabalhos e de quantidades final;
- b) Alteração do Preço base para 315.027,00€ (trezentos e quinze mil e vinte e sete euros);
- c) Peça Escrita que integra e corrige o Projeto de Especialidade AVAC;
- d) Prorrogar por vinte e um dias o prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data de publicação do aviso no Diário da República;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

16. Isenção do pagamento de taxas

162 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

O Clube Desportivo da Garcia, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de um Espetáculo de Música ao Vivo, no dia 31 de março de 2019.

A Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de um Espetáculo de Música ao Vivo, no dia 06 de abril de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização da 4ª Edição do Festival “O Carvoeiro” no dia 04 de maio de 2019.
- Licença de recinto improvisado.
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização da Feira de Abril, no período de 22 de março e 14 de abril de 2019.
- Licença de recinto itinerante.
- Licença de recinto improvisado.
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

Presentes as informações nº 20/CS, 21/CS e 22/CS de 04 e 11 de março 2019, respetivamente, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Clube Desportivo da Garcia, a Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das licenças de utilização de espaço público ou privado com publicidade, das licenças de recinto improvisado e da licença de recinto itinerante.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

17. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas frente à escola Nery Capucho - Marinha Grande.

163 - Presente pedido com o registo n.º E/1414/2019, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas frente à escola Nery Capucho - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/6/2019 de 13-2-2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/1414/2019, para colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas frente à escola Nery Capucho - Marinha Grande, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/6/2019 de 13-2-2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de estacionamento para cargas e descargas frente à escola Nery Capucho - Marinha Grande H1a e um painel adicional M10b -1 lugares por um período de 20 minutos, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, 1 lugar na gare de estacionamento frente ao comércio, como indicado nas fotografias igualmente incluídas na referida informação técnica.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Pedido para colocação de um sinal para 2 estacionamentos de apoio à largada e tomada de crianças para a instituição ZigZag na Av. Eng. Arala Pinto - Marinha Grande.

164 - Presente pedido com o registo n.º E/718/2019, em que é solicitada a colocação de um sinal para dois estacionamentos de apoio à largada e tomada de crianças para a instituição ZigZag na Av. Eng. Arala Pinto - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/5/2019 de 12-2-2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/718/2019, para colocação de um sinal de dois estacionamentos de apoio à largada e tomada de crianças para a instituição ZigZag na Av. Eng. Arala Pinto - Marinha Grande, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/5/2019 de 12-2-2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional M10b - 2 lugares de apoio à instituição ZigZag, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, dois lugares no início da gare de estacionamento sita na Av. Arala Pinto - Marinha Grande, como indicado nas fotografias igualmente incluídas na referida informação técnica.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento a Pessoa Portadora de Deficiência no Largo Ilídio de Carvalho nº 16 2º Dto. - Marinha Grande

165 - Presente pedido com o registo n.º E/10893/2018, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência no Largo Ilídio de Carvalho n.º 16 2º Drtº. - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/11/2019 de 1/3/2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/10893/2018, para colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência no Largo Ilídio de Carvalho n.º 16 2º Drtº. - Marinha Grande, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/11/2019 de 1/3/2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional M11d - (deficientes), conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, um lugar na gare de estacionamento sito no Largo Ilídio de Carvalho nº 16 2º Drtº. - Marinha Grande, como indicado na fotografia igualmente incluída na referida informação técnica.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas de duração limitada na Avenida Marginal - Praia de Vieira.

166 - Presente pedido com o registo n.º E/8453/2018, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas de duração limitada na Avenida Marginal - Praia de Vieira.

Presente informação técnica LC/9/2019 de 20/2/2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/8453/2018, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento para cargas e descargas de duração limitada na Avenida Marginal - Praia de Vieira, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/9/2019 de 20/2/2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de estacionamento para cargas e descargas de duração limitada na Avenida Marginal - Praia de Vieira. H1a e um painel adicional M10b -1 lugar, por um período de 20 minutos, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Pedido para colocação de uma passadeira na Rua Manuel Fernandes dos Santos (entre o cemitério e o parque Mártires do Colonialismo - Marinha Grande).

167 - Presente pedido com o registo n.º E/1429/2019, em que é solicitada a colocação de uma passadeira na Rua Manuel Fernandes dos Santos (entre o cemitério e o parque Mártires do Colonialismo - Marinha Grande).

Presente informação técnica LC/7/2019 de 14-2-2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/1429/2019, para colocação de uma passadeira na Rua Manuel Fernandes dos Santos (entre o cemitério e o parque Mártires do Colonialismo - Marinha Grande), bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/7/2019 de 14-2-2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Executar uma passadeira na Rua Manuel Fernandes dos Santos (entre o cemitério e o parque Mártires do Colonialismo - Marinha Grande), e respetiva sinalização, em ambos os lados do arruamento H7 (passagem para peões), conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, como indicado nas fotografias igualmente incluídas na referida informação técnica.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

GESTÃO URBANÍSTICA

22. Req.º nº 1486/17, datado de 22/08/2017 - Proc.º n.º 388/17, datado de 22/08/2017 - Joaquim Manuel Pereira Fernandes

168 - Presente pedido com o registo n.º 1486/17, datado de 22/08/2017, relativo a **legalização de edifício para oficina e armazém**, sito na rua do Fagundo, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13594 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16484, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 388/17, com data de entrada de 22/08/2017, apresentado por **Joaquim Manuel Pereira Fernandes**, com o NIF 123 766 370, residente na avenida Vítor Gallo, n.º 125 - Apt 375 2430 172, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente informação técnica, datada de 20/02/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido, condicionado à apresentação dos projetos de especialidade aplicáveis, que deverão incluir o projeto de demolição do edifício referenciado como “ruínas a limpar”;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de edifício para oficina e armazém, sito na rua do Fagundo, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13594 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16484, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 388/17, com data de entrada de 22/08/2017, apresentado por **JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES**, com o NIF 123 766 370, residente na avenida Vítor Gallo, n.º 125 - Apt 375 2430 172, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, os quais deverão incluir o projeto de demolição do edifício referenciado na “planta de Implantação” como “ruínas a limpar”, que contemple a representação deste, devendo o projeto de demolição ser devidamente elaborado e instruído com os elementos constantes no n.º 17 do Anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril;

2.- Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra, designadamente a limpeza e remoção dos resíduos resultantes da demolição do edifício em ruínas, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, assim como a execução de passeio ao longo da frente do terreno confinante com a rua do Fagundo, com a configuração, alinhamento e materiais a definir no local pelos serviços municipais.

Mais delibera informar que a presente operação urbanística se integra no âmbito das operações com impacto urbanístico relevante, estabelecidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 24º do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), por se tratar de um edifício destinado a serviços com área de construção total superior a 500 m2.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 29/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º nº 528/17, datado de 24/11/2017 - Cecília da Conceição de Sousa e Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues

169 - Presentes requerimentos n.º 2013/17, n.º 1702/18, n.º 2083/18, n.º 29/19 registados em 2017/11/24, 2018/09/20, 2018/11/16 e em 2019/01/09, respetivamente, subscritos por **Cecília da Conceição de Sousa**, com o NIF 113979460 e por **Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues**, com o NIF 113979428, residentes na Rua do Alto Alentejo n.º 8, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 528/17, registado em 2017/11/24, referente ao pedido de **licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia, obra de construção de muros e de obra de demolição de de construções existentes, incidentes no prédio urbano situado na Rua Alto Alentejo, antiga Rua n.º 49, n.º 4**, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3460, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9462.

Presentes alterações ao projeto apresentadas pelos requerimentos n.º 29/19, registado em 2019/01/09, apresentadas em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2018/07/04, relativo ao alinhamento para passeio e muro.

Presente parecer técnico datado de 2019/03/06, que refere que os elementos apresentados sob a componente arquitetura encontra-se apto a ser objeto de decisão favorável.

A Câmara Municipal depois de analisar as alterações formuladas para o projeto, apresentadas em sede de audiência prévia, por **Cecília da Conceição de Sousa**, com o NIF 113979460 e por **Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues**, com o NIF 113979428, residentes na Rua do Alto Alentejo n.º 8, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o parecer técnico, datado de 2019/03/06, que se debruçou

sobre as mesmas e considerando que as alterações apresentadas colmatam as deficiências que motivaram a audiência prévia ao projeto, delibera nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o projeto de arquitetura, do processo camarário n.º 528/17, registado em 2017/11/24, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia, obra de construção de muros e de obra de demolição de construções existentes, incidentes no prédio urbano situado na Rua Alto Alentejo, antiga Rua n.º 49, n.º 4, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3460, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9462, propriedade dos interessados.

Delibera ainda informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº145/19, datado de 24/01/2019 - Proc.º n.º 26/19, datado de 24/01/2019 - Centimfe - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos

170 - Presente pedido com o registo n.º 145/19, datado de 24/01/2019, relativo a **alteração e ampliação de edifício de apoio a atividade industrial**, sito na rua de Espanha, no Lote 8 da Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7402 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13304, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 26/19, com data de entrada de 24/01/2019, apresentado por **Centimfe - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos**, com o NIPC 502 593 822, com sede na Zona Industrial Casal da Lebre - rua de Espanha - Lote 8, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo.

Presente informação técnica, datada de 4/03/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido, condicionado à apresentação dos projetos de especialidade devidamente elaborados e instruídos, designadamente o de arranjos exteriores, devendo este clarificar e adequar o tratamento do espaço exterior às normas decorrentes do regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a alteração e ampliação de edifício de apoio a atividade industrial, sito na rua de Espanha, no Lote 8 da Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7402 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13304, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 26/19, com data de entrada de 24/01/2019, apresentado por Centimfe - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos, com o NIPC 502 593 822, com sede na Zona

Industrial Casal da Lebre - rua de Espanha - Lote 8, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. - Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis, nomeadamente o de arranjos exteriores que contemple uma área de impermeabilização máxima do lote correspondente a 65% da sua totalidade, e uma área de estacionamento igual ou superior a 10 % da área total útil de pavimentos do edifício, de acordo com o disposto, respetivamente, nas alíneas g) e h) do artigo 2º do regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande;
2. - Execução da totalidade dos trabalhos que vierem a ser considerados como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 427/19, datado de 01/03/2019 - Proc.º n.º 79/19, datado de 01/03/2019 - Tecblue - Investimentos Turísticos Lda

171 - Presente pedido com o registo n.º 427/19, datado de 1/03/2019, relativo a **alteração de edifício destinado a unidade hoteleira**, localizado na rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 22, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19263, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 79/19, com data de entrada de 01/03/2019, apresentado por **Tecblue - Investimentos Turísticos Lda**, com o NIPC 509 072 534, com sede na rua D. Dinis, n.º 36, 2º andar, freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente informação técnica, datada de 06/03/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a alteração de edifício destinado a unidade hoteleira, localizado na rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 22, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19263, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 79/19, com data de entrada de 01/03/2019, apresentado por Tecblue - Investimentos Turísticos Lda, com o NIPC 509 072 534, com sede na rua D. Dinis, n.º 36, 2º andar, freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. - Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis;
2. - Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto, nos termos do artigo 94.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 347/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º nº 223/18, datado de 14/06/2018 - Manuel Pereira Dias Cordeiro

172 - Presente processo camarário nº 223/18, registados em 2018/06/14, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de um anexo e uma piscina**, no prédio urbano sito na Rua António Maria da Silva, nº 72, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 10491 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o nº 337, apresentado por **Manuel Pereira Dias Cordeiro**, com o NIF 170638553, com residência na Rua António Maria da Silva, nº 72, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo na reunião de Câmara Municipal de 2018/07/23.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/12/17, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Presente planta de cobertura de implantação em conformidade com o condicionalismo de aprovação do projeto de arquitetura.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- **DEFERIR**, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, **pedido de licenciamento de obra de construção de um anexo e uma piscina**, no prédio urbano sito na Rua António Maria da Silva, nº 72, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 10491 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o nº 337, apresentado por Manuel Pereira Dias Cordeiro, com o NIF 170638553, com residência na Rua António Maria da Silva, nº 72, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo na reunião de Câmara Municipal de 2018/07/23.

- **Informar o requerente do seguinte:**

1- Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 627/18, datado de 24/03/2018 - Proc.º nº 60/17, datado de 16/02/2017 - Teresa de Jesus Teixeira Cerva Ricardo

173 - Presente processo camarário n.º 60/17, registado em 2017/02/16, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) de obra de construção de uma moradia, (legalização) da obra de construção de anexo, (legalização) de obra de construção de muro, licenciamento de obra de construção de muro e demolição de construções com procedimento integrado em procedimento de licença**, incidentes no prédio urbano sito na Travessa do Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, n.º 5, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10590, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19330, apresentado por **Teresa de Jesus Teixeira Cerva Ricardo**, com o NIF 165207221, residente na Travessa do Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, n.º 5, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande,

Presentes projetos de arquitetura e respetivos pareceres técnicos datados de 2018/02/06, 2018/03/12, 2018/07/05, 2019/02/11 e 2019/02/12.

Presentes projetos das redes prediais, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/03/12, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de uma moradia, (legalização) da obra de construção de anexo, (legalização) de obra de construção de muro, licenciamento de obra de construção de muro e demolição de construções com procedimento integrado em procedimento de licença, constantes do processo camarário n.º 60/17, registado em 2017/02/16, para o prédio urbano sito na Travessa do Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, n.º 5, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10590, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19330, apresentado por Teresa de Jesus Teixeira Cerva Ricardo, com o NIF 165207221, residente na Travessa

do Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, n.º 5, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com condicionalismo de apresentação de plantas de localização contendo o limite do prédio e das construções a legalizar atualizadas, segundo o conteúdo da Planta de Implantação, desenho n.º 5.2a), apresentada a coberto pelo requerimento n.º 1654/17, registado em 2017/09/22.

- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 154 m2, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Travessa do Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Planta de Implantação, Desenho n.º 5.2a)”, apresentada a coberto pelo requerimento n.º 1654/17, registado em 2017/09/22, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar a requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

4- Devem assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

5- Concluída a obra devem entregar na câmara municipal o livro de obra e fichas de triagem de RCD.

6- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

7- Após o licenciamento, a requerente deverá solicitar aos serviços de Água e Saneamento a ligação das redes prediais às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem residuais domésticas existentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**28. Req.º nº 330/19, datado de 14/02/2019 - Proc.º nº 96/18, datado de 21/03/2018 -
Orlanda da Encarnação Domingues da Silva e Lúcia Paula Domingues da Silva**

174 - Presente requerimento nº 330/19, datado de 2019/02/14, constante do processo camarário nº 96/18, subscrito por **Orlanda da Encarnação Domingues da Silva**, com o NIF 103585702, com residência em rua da Escola, nº 8A, união das freguesias de Monte Redondo e Carreira, concelho de Leiria, e por **Lúcia Paula Domingues da Silva**, com o NIF 175669732, com residência em rua do Pinhal, nº 5, Sismaria, união das freguesias de Monte Redondo e Carreira, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua António Maria da Silva, nº 45, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20488 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 4331.

Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua António Maria da Silva, nº 45, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20488 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 4331, com o número de processo 96/18, com data de entrada em 2018/03/21, apresentado por Orlanda da Encarnação Domingues da Silva, com o NIF 513494340, com residência em rua da Escola, nº 8A, união das freguesias de Monte Redondo e Carreira, concelho de Leiria, e por Lúcia Paula Domingues da Silva, com o NIF 175669732, com residência em rua do Pinhal, nº 5, Sismaria, união das freguesias de Monte Redondo e Carreira, concelho de Leiria, o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Realização de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente o alargamento do passeio existente na extrema confinante com a rua António Maria da Silva, através da colocação de blocos de betão de cor idêntica ao existente, com as dimensões de 0,10mx0,20mx0,06m, após a execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 18,06m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua António Maria da Silva, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“Implantação Definitiva”**, com o número **“7.a”**, datada de **“1/19”**, entregue a coberto do requerimento nº 330/19, datado de 2019/02/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar as requerentes que, nos termos do disposto no nº 1 do art. 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º nº 2120/18, datado de 22/11/2018 - Proc.º nº 499/18, datado de 22/11/2018 - Mário Felismino Gaspar

175 - Presente pedido com o registo n.º 2120/18, datado de 22/11/2018, relativo a **legalização de alterações e alteração de uso para indústria** da fração “A”, no prédio sito na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 551, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15269 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19687-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 499/18, com data de entrada de 22/11/2018, apresentado por **Mário Felismino Gaspar**, com o NIF 105 262 676, residente na rua da Salgueira, n.º 23, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 27/02/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido relativo a **legalização de alterações e alteração de uso para indústria** da fração “A”, no prédio sito na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 551, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15269 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19687-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 499/18, com data de entrada de 22/11/2018, apresentado por **Mário Felismino Gaspar**, com o NIF 105 262 676, residente na rua da Salgueira, n.º 23, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 367/19, datado de 21/02/2019 - Proc.º nº 332/18, datado de 09/08/2018 - Ana Filipa da Silva Morgado

176 - Presente requerimento n.º 367/19, datado de 2019/02/21, constante do processo camarário n.º 332/18, subscrito por **Ana Filipa da Silva Morgado**, com o NIF 215980980, residente em rua da Charnequinha, n.º 13, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1056 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1511, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/12/10.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/02/28, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1056 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1511, com o número de processo 332/18, com data de entrada em 2018/08/09, apresentado por Ana Filipa da Silva Morgado, com o NIF 215980980, residente em rua da Charnequinha, n.º 13, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua 1.º de Maio, com a largura de 2,25m, de acordo com o proposto na peça gráfica correspondente à **“IMPLANTAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES”**, datada de **“11/2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 2037/18, datado de 2018/11/09. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões de 0,10x0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona da entrada deverá ser utilizado lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 27,43m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 1.º de Maio, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“IMPLANTAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES”**, datada de **“11/2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 2037/18, datado de 2018/11/09, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar as requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 318/19 datado de 12/02/2019 - Proc.º nº 122/18, datado de 09/04/2018 - José Júlio dos Santos Duarte Alves

177 - Presente requerimento n.º 318/19, datado de 2019/02/12, constante do processo camarário n.º 122/18, subscrito por **José Júlio dos Santos Duarte Alves**, com o NIF 209521813, residente em avenida Aníbal Guedes Coelho, lote n.º 8, 4.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de edifício de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua das Flores, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande,

descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1932 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3628, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/12/10.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2019/02/28, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Alteração e ampliação de edifício de habitação unifamiliar e muros de vedação*”, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua das Flores, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1932 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3628, com o número de processo 122/18, com data de entrada em 2018/04/09, apresentado por José Júlio dos Santos Duarte Alves, com o NIF 209521813, residente em avenida Aníbal Guedes Coelho, lote n.º 8, 4.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, – deferir o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 1320/18, datado de 18/07/2018 - Proc.º n.º 377/07, datado de 11/06/2007 - José Fernando Neto Grilo

178 - Presente processo de licenciamento n.º 377/07, em nome de **José Fernando Neto Grilo**, com o NIF 204 606 276, residente na rua do Valigoto, n.º 36, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente a **legalização de alteração e ampliações a moradia unifamiliar e da ampliação de garagem**, executadas no prédio sito no n.º 80 da rua Principal do Pilado, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6016 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7810, na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 1320/18, datado de 18/07/2018, referente ao **pedido de Autorização de Utilização** para o prédio referido, **indeferido** por Despacho do Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 31/08/2018, face ao teor desfavorável do Auto de Vistoria, datado de 23/08/2018, respeitante à Vistoria Municipal realizada em 22/08/2018 ao prédio em causa, cujas conclusões, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 65.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º

136/2014, de 09/09, “(...) são obrigatoriamente seguidas na decisão sobre o pedido de autorização (...)”.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 26/02/2019, referindo que as desconformidades detetadas na edificação, relativas às características do imóvel e à necessidade de substituição do material da cobertura do anexo, atualmente em telha de fibrocimento pelo material previsto no projeto inicial, telha lusa, carecem da apresentação do necessário processo de licenciamento tendo em vista a sua legalização, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 4.º do RJUE.

Após a análise do processo, a Câmara delibera:

Determinar, nos termos do artigo 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 09/09, que se notifique José Fernando Neto Grilo, com o NIF 204 606 276, residente na rua do Valigoto, n.º 36, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de titular do prédio sito no n.º 80 da rua Principal do Pilado, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6016 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7810, na freguesia e concelho da Marinha Grande, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 377/07, referente a legalização de alteração e ampliações a moradia unifamiliar e da ampliação de garagem, para proceder à apresentação, no prazo de 120 dias a contar da data de notificação da presente decisão, do processo de licenciamento que contemple a legalização das alterações detetadas na edificação, assim como a reposição do material de revestimento da cobertura do anexo, que deveria ser em telha lusa, nos termos previstos no projeto aprovado em reunião de Câmara realizada a 29/07/2010, tendo-se verificado, em sede de vistoria realizada a 22/08/2018, que o mesmo é composto por telha ondulada de fibrocimento, não sendo viável, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho, proceder ao seu licenciamento, devendo prever-se a sua remoção e transporte para vasadouro nos termos da Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 740/17, datado de 02/05/2017 - Proc.º n.º 213/2017, datado de 02/05/2017 - Carlos de Figueiredo Dinis

179 - Presente requerimento n.º 740/14, registado em 2017/05/02, constante do processo camarário n.º 213/2017, apresentado por **Carlos de Figueiredo Dinis**, com o NIF 101398530, com residência na Rua da Sede, n.º 2, na localidade de Ranhados, Viseu, a solicitar a **emissão de “certidão de alteração de propriedade horizontal para correção de áreas”**, para o edifício de habitação coletiva, sito na Rua da Foz n.º 44 e n.º 46, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigido no prédio registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3114, omissa na matriz predial urbana, para o qual foi emitido o alvará de licença de obras de alteração n.º 44/12, emitido em 2012/04/18, e alvará de licença de legalização n.º 22/15, emitido em 2015/04/13, como alvará de autorização de utilização n.º 64/15, datado de 2015/10/02, e aprovadas na reunião de Câmara Municipal de 2018/06/11 alterações ao projeto de construção licenciado, constantes do processo camarário n.º 31/18, reúne os requisitos legais para alteração das áreas de implantação e construção, constantes da descrição da propriedade horizontal.

Após análise do pedido de emissão de “certidão de alteração de propriedade horizontal para correção de áreas” do edifício com dois fogos de habitação, sito na Rua da Foz n.º 44 e n.º 46, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigido no prédio registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3114, omissa na matriz predial urbana, para o qual foi emitido o alvará de licença de obras de alteração n.º 44/12, em 2012/04/18, o alvará de licença de legalização n.º 22/15, em 2015/04/13, com alterações aprovadas na reunião de Câmara Municipal de 2018/06/11, constantes do processo camarário n.º 31/18, bem como alvará de autorização de utilização n.º 64/15, em 2015/10/02, apresentado por Carlos de Figueiredo Dinis, com o NIF 101398530, com residência na Rua da Sede, n.º 2, na localidade de Ranhados, Viseu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR e mandar emitir a certidão requerida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º nº 295/19, datado de 08/02/2019 - Proc.º nº 49/19, datado de 08/02/2019 - Maria Cristina Guerra Luís Cruz e Mário Carvalheiro da Cruz

180 - Presente requerimento n.º 295/19, registado em 2019/02/08, subscrito por **Maria Cristina Guerra Luís Cruz**, com o NIF 141263369, e por **Mário Carvalheiro da Cruz**, com o NIF 165567767, ambos residentes na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, constantes do processo camarário n.º 49/19, referente ao pedido de **emissão de certidão comprovativa da satisfação dos requisitos de destaque** de parcela com área de 633,00 m2, do prédio rústico com área total de 1266,00 m2, confinante do sul com a Rua das Rosas da Pedra de Cima, no lugar de Pedra de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 11250 e registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16428.

Presente parecer técnico, datado de 2019/02/27, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2019/02/27, a Câmara Municipal delibera mandar emitir a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 633,00 m2, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio rústico com área total de 1266,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 11250 e registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16428, confinante a sul com a Rua das Rosas da Pedra de Cima, no lugar de Pedra de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situa no perímetro urbano do Aglomerado Urbano da Marinha Grande, na Restante Área Urbana, sendo que cada parcela apresenta-se vinculada ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados pelo n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - PDM-MG, nomeadamente, na parcela a destacar e na parcela remanescente, ambas com 633,00 m2, poderá ser erigida construção com até um fogo de habitação, 379,80 m2 de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 lugar de estacionamento por cada 50 m2 de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º nº 282/19, datado de 06/02/2019 - Proc.º n.º 45/19, datado de 06/02/2019 - José Manuel Gomes Cardoso

181 - Presente pedido com o registo n.º 282/19, datado de 06/02/2019, relativo a alterações a efetuar a um edifício destinado a estabelecimento de comércio por grosso de produtos de origem animal com temperatura controlada, localizado na Travessa Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, n.º 18, Pero Neto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15680 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18841, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 45/19, com data de entrada de 06/02/2019, apresentado por **José Manuel Gomes Cardoso**, com o NIF 193 497 409, residente na Travessa da Sede, n.º 18, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 06/03/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a efetuar a um edifício destinado a estabelecimento de comércio por grosso de produtos de origem animal com temperatura controlada, localizado na Travessa Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, n.º 18, Pero Neto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15680 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18841, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 45/19, com data de entrada de 06/02/2019, apresentado por José Manuel Gomes Cardoso, com o NIF 193 497 409, residente na Travessa da Sede, n.º 18, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. Req.º nº 307/19, datado de 11/02/2019 - Proc.º n.º 508/18, datado de 26/11/2018 - Valorvector - Unipessoal Lda

182 - Presentes requerimentos n.º 2135/18 e n.º 307/19, registados em 2018/11/26 e em 2019/02/11, respetivamente, apresentados por **Valorvector - Unipessoal Lda**, com o NIPC 508924251, com sede no Largo Infância 7, n.º 19, 1º, Leiria, referente ao pedido de **emissão de certidão comprovativa da satisfação dos requisitos de destaque** de parcela com área de 419,66 m², do prédio urbano com área total de 1326,00 m², confinante a norte com a Rua dos Pinheiros, a nascente com a Rua das Colónias Balneares, e a poente com a Rua D. Dinis, no lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3803 e registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1475.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/06, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2019/03/06, a Câmara Municipal delibera mandar emitir a certidão comprovativa da satisfação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 419,66 m², reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio urbano com área total de 1326,00 m², sito na Rua dos Pinheiros, n.º 2, no lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situar no perímetro urbano do Aglomerado Urbano de São Pedro de Moel, e as duas parcelas resultantes do destaque confrontarem com arruamento público, sendo que a Parcela a Destacar confronta a norte com a Rua dos Pinheiros e a nascente com a Rua das Colónias Balneares, a Parcela Remanescente confronta a norte com a Rua dos Pinheiros, e a poente com a Rua D. Dinis. As duas parcelas resultantes do destaque apresentam-se vinculadas ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados para o Aglomerado Urbano de São Pedro de Moel, pelo n.º 6 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor, nas seguintes condições:

Até à realização do Plano de Urbanização de São Pedro de Moel, a edificação respeitará os seguintes indicadores urbanísticos:

***Percentagem de ocupação - 25 % da área total para a moradia e 5% para anexos;
Número máximo de pisos - dois (podendo o piso térreo ser ocupado por comércio);
As caves não poderão ter o pé-direito superior a 2,20 m;
Afastamentos mínimos - frontal: 5 m, lateral: 3m, tardoz: 6m.***

Na parcela remanescente com 906,34 m², pelo processo camarário n.º 101/18, com Alvará de Obras de Alteração, Ampliação e Construção n.º 95/18, encontra-se

licenciada uma moradia T3, com dois pisos, 127,12 m2 de área de implantação e 227,12 m2 de área bruta de construção, bem como construção de uma piscina com área de 69,41 m2.

De acordo com o n.º 6 do artigo 6º do RJUE está vinculada a inscrição no registo predial sobre as parcelas o ónus do não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, não sendo permitindo efetuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque nos termos aí referidos por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas, conforme n.º 7 e n.º 8 do artigo 6º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Req.º nº 191/19, datado de 31/01/2019 - Proc.º n.º 39/19, datado de 31/01/2019 - Moldes Catarino, Lda.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** anunciou a retirada deste processo, para clarificação, devendo estar presente na próxima reunião.

38. Req.º nº 2173/18, datado de 03/12/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira fez o seguinte comentário:

“Estamos perante uma situação semelhante à que veio a reunião de câmara há uns tempos nos processos do Sr. João Sousa. A questão é sobre a demolição e reconstrução no centro tradicional.

Voltamos à divergência entre o RMEU e o RJUE. Afinal este executivo permanente quer ou não incentivar os municípios a reconstruírem as habitações degradadas na zona tradicional, eliminando as casas devolutas ou a cair?

É importante a definição se é uma reconstrução ou construção nova? Ou o fundamental é ter uma zona reconstruída?

O executivo permanente ficou de alterar o regulamento municipal para ir ao encontro do regulamento geral. O que fez a este propósito?

Continuam a prejudicar os municípios quando devíamos estar a incentivar estas pessoas que querem requalificar habitações velhas, devolutas, a cair, no centro tradicional.

Proponho que seja hoje mesmo iniciada a alteração ao RMEU, no que a este ponto diz respeito. Não compreendo quando se diz que não se pode alterar o RMEU, quando há algum tempo se fez uma alteração.”

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** lembrou ao Sr. Vereador Aurélio que o tinha informado que já se tinha iniciado a revisão do RMEU, e que a previsão é trazê-la aqui à reunião no final de março.

Seguiu-se a discussão sobre os critérios a incluir na alteração.

O **Sr. Vereador José Luís Sousa** referiu que tendo em conta o parecer, e por não haver regulamento, votará a favor este ponto e o seguinte.

Seguidamente, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

183 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 2173/18, apresentado por **Liliana Sofia Ferreira Leal**, titular do processo de licenciamento n.º 555/17, referente à demolição de um edifício e posterior construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação no mesmo local, residente na Rua das Andorinhas, n.º 5, 1.º esquerdo, Lameira Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que **solicita a isenção do pagamento de taxas** devidas pela realização das referidas operações urbanísticas, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente parecer jurídico sobre o assunto, datado de 15-02-2019.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do parecer jurídico, datado de 15-02-2019, que se anexa e que passa a fazer parte integrante da presente deliberação (Anexo 4), tendo a intenção de indeferir o pedido constante do requerimento com o registo de entrada n.º 2173/18, apresentado por Liliana Sofia Ferreira Leal, titular do processo de licenciamento n.º 555/17, referente à demolição de um edifício e posterior construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação no mesmo local, em que solicita a isenção do pagamento de taxas devidas pela realização das referidas operações urbanísticas, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, dando cumprimento ao artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, delibera NOTIFICAR a requerente, para no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da presente deliberação, se pronunciar, por escrito, sobre o sentido provável da decisão sobre o assunto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Req.º nº 1784/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 490/16, datado de 28/11/2016 - Bleach Design Unipessoal, Lda.

184 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1784/18, apresentado por **Bleach Design Unipessoal, Lda.**, titular do alvará de licença de ocupação da via pública com o n.º 4/17, referente ao processo 490/16, em que solicita “a isenção do pagamento das taxas resultantes da atividade urbanística e conexas” e a devolução das taxas já pagas, no valor de 209,00 euros, “por se tratar de uma obra de reconstrução/alteração a realizar na Área do Centro Tradicional da Marinha Grande”.

Presente informação jurídica, datada de 15-11-2018.

Considerando que:

- Através do requerimento, com registo de entrada n.º 1784/18, datado de 02-10-2018, Bleach Design Unipessoal, Lda., titular do alvará de licença de ocupação da via pública com o n.º 4/17, referente ao processo n.º 490/16, solicitou a isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação da via com andaimes e tapumes, para apoio à execução da obra de conservação do edifício sito no Largo da Alegria, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande;
- Para o efeito juntou documentação comprovativa dos montantes já pagos;

- Fundamentou o seu pedido na alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal apreciou o pedido, bem como a documentação que a requerente apresentou, comprovativa do pagamento das taxas municipais e, concordando com os fundamentos de facto e de direito da informação jurídica sobre o assunto, datada de 15-11-2018, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que se anexa (Anexo 5), delibera ouvir, por escrito, a requerente, já devidamente identificada, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias, a contar da data da notificação da presente deliberação, acerca da sua intenção de indeferir os pedidos de isenção de taxas pela ocupação da via pública e devolução do montante que lhes corresponde, no valor de 209,00 euros

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. Req.º nº 1591/18, datado de 04/09/2018 - Proc.º n.º 137/17, datado de 11/04/2017 - Rogelastro, S.A.

185 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1591/18, datado de 04/09/2018 apresentado por **Rogelastro, S.A.**, com o NIPC 507853016, com sede em Zona Industrial, Lote 6, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a edificação destinada a indústria sita na Zona Industrial de Vieira de Leiria, Lotes 5 e 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alteração, titulada pelo alvará de obras de licença de legalização n.º 45/18, emitido em 27/06/2018.

Presente parecer técnico datado de 15/02/2019, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à edificação destinada a indústria sita na Zona Industrial de Vieira de Leiria, Lotes 5 e 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Rogelastro, S.A., com o NIPC 507853016, com sede em Zona Industrial, Lote 6, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. Req.º nº 208/19, datado de 01/02/2019 - Proc.º n.º 122/17, datado de 05/04/2017 - Graphite Technologies Moldes Portugal, Lda.

186 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 208/19, datado de 01/02/2019 apresentado por **Graphite Technologies Moldes Portugal, Lda.**, com o NIPC 502219092, com sede em Rua da Finlândia, Lote 27, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a edificação destinada a indústria objeto de legalização de ampliação, comunicada no âmbito do processo camarário n.º 122/17, cujas taxas foram pagas pela guia de receita n.º 5259, emitida em 28/04/2017, com alterações comunicadas no âmbito do requerimento n.º 836/18, cujas taxas foram pagas pela guia de receita n.º 10768, emitida em 29/08/2018.

Presente parecer técnico datado de 01/03/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à edificação destinada a indústria sita na Rua da Finlândia, Lote 27, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Graphite Technologies Moldes Portugal, Lda., com o NIPC 502219092, com sede na mesma morada, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42. Req.º nº 291/19, datado de 07/02/2019 - Proc.º n.º48/19, datado de 07/02/2019 - José Carlos Terra - Cabeça de Casal da Herança de

187 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 291/19, datado de 07/02/2019 apresentado por **José Carlos Terra - Cabeça de Casal da Herança de**, com o NIPC 744271800, cujos herdeiros são representados por Lúcia Figueiredo, solicitador, com escritório em Rua Diogo Stephens, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua da Mata Real, n.º 19, freguesia de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1188, de 1976, titulada pelo alvará de construção n.º 684, emitido em 4/07/1977, com alterações aprovadas no âmbito do processo camarário n.º 252/96, tituladas pelo alvará de licença de construção n.º 341/97, emitido em 14/05/1997.

Presente parecer técnico datado de 04/03/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria nos termos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à edificação na Rua da Mata Real, nº 19, freguesia de Marinha Grande, propriedade da herança aberta por óbito de José Carlos Terra, com o NIPC 744271800, cujos herdeiros são representados por Lúcia Figueiredo, solicitador, com escritório em Rua Diogo Stephens, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

43. Atualização bienal do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, do inquilino residente na Rua do Camarnal, n.º 49 - Camarnal.

188 - Presente informação n.º 469 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 27 de fevereiro de 2019, a dar conta da necessidade de proceder à atualização do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (435,76€)''

Considerando ainda que, no n.º 1 do artigo 22.º a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, o montante da renda é atualizado, bienalmente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à atualização da renda do inquilino residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADOR	LOTE	DATA CONTRATO	RENDA/19 (fevereiro)	RENDA/19 (abril)
Rua Bairro do Camarnal	N.º49	11/05/2013	4,21€	4,36€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de maio do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

189 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/8698/2018	Social	PVMG - Projetos de Vida Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande	Roteiro Fotográfico: "A Felicidade mora na Marinha Grande"	Pontual
E/8699/2018	Social	PVMG - Projetos de Vida Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande	Comemorações do Dia Mundial da Dança	Pontual
E/9088/2018	Social	Sport Operário Marinhense	Autismo Rock's	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.

- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8698/2018	Social	PVMG - Projetos de Vida Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande	Roteiro Fotográfico: "A Felicidade mora na Marinha Grande"	34,8
E/8699/2018	Social	PVMG - Projetos de Vida Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande	Comemorações do Dia Mundial da Dança	34,4
E/9088/2018	Social	Sport Operário Marinhense	Autismo Rock's	33,8

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para "a revisão do processo de atribuição de subsídios...". Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

INTERVENÇÃO CULTURAL

45. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ratificação de Despacho

190 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, datado de 20 de fevereiro de 2019, com o registo n.º E/2004/2019. As visitas serão realizadas por grupos de alunos do 6.º ano de escolaridade da Escola Professor Alberto Nery Capucho, no total de cerca de 140 alunos e 14 professores acompanhantes, e encontram-se agendadas para os dias 07, 13, 15, 19, 21 e 22 de março de 2019.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo ao pedido foi enviada uma declaração/comprovativo do Registo Nacional de Pessoas Coletivas no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente está inscrito segundo o CAE 80211

- ENSINO BÁSICO (2.º E 3º CICLO), equivalente na revisão 3 do CAE ao código 8531 - ENSINO BÁSICO (3º CICLO), que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea a), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o Despacho n.º 44/2019 da Sra. Presidente que isenta, o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Nascente, do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro nos dias 07, 13, 15, 19, 21 e 22 de março de 2019, para um total de cerca de cento e quarenta alunos e catorze professores acompanhantes, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

46. Casa da Cultura Teatro Stephens – Pedido de cedência para o dia 12 de julho apresentado pela Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento.

191 - Presente o pedido da Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento em que esta solicitou à Câmara Municipal através do documento E/758/2019, de 21 de janeiro, a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens, para realização do espetáculo de final de ano letivo em 12 de julho de 2019.

Presente igualmente a Informação Técnica com referência I/366/2019 de 14.02 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável e à programação prevista (cfr. anexo).

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja *“A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”*. No caso em apreço consideramos que o interesse cultural e cívico está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins lúdicos e pedagógicos com os quais a autarquia certamente se identifica: a participação dos alunos da Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento num espetáculo de dança que encerra mais um ano de aprendizagem.

Considerando que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º. Considerando que ao abrigo do artigo

14.º n.º 3 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande apenas: *“As associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários”*, estão isentas do pagamento de taxas, o que não é o caso da **Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento**, por se tratar dum estabelecimento de ensino privado.

A Câmara apreciou o pedido e delibera nos termos da alínea c) artigo 6.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, autorizar a cedência da mesma para realização do espetáculo de dança relativo ao encerramento do ano letivo no dia 12 de julho, bem como a afetação do respetivo pessoal de apoio à sala (1 elemento da produção e mais 4 para apoio à receção e encaminhamento na sala), nas seguintes condições:

- a) A Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura, conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;
- b) A Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia;
- c) A Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores remetendo ao município a respetiva autorização de modo a que possa ser solicitada à IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais a licença de representação;
- d) A Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento fica responsável pela bilheteira para este espetáculo devendo para o efeito assegurar a elaboração dos bilhetes;
- e) A Escola Rosales Ballet - Espaço de Arte em Movimento deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

47. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

192 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019 de 1 de fevereiro de 2019 da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de

Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/1535/2019	Cultural	SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR)	Páscoa em Movimento	Pontual
E/2019/2019-A	Cultural	SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR)	Verão Cultural de S. Pedro de Muel 2019	Pontual
E/9072/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Atividade anual do departamento de Dança	Anual
E/9075/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Encenação de peça de teatro	Pontual
E/9071/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Atividade anual do departamento de Música	Anual

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/9087/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Concerto comemorativo do 25 de abril - Cantar e Dizer abril	Pontual
E/9090/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Monstra à Solta-Festival de curtas-metragens	Pontual
E/8740/2018-A	Cultural	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	IV Festival O Carvoeiro	Pontual
E/8932/2018	Cultural	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Marchas Populares da Marinha Grande	Pontual
E/8905/2018	Cultural	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto da Escola de Música e Orquestra da Amieirinha	Anual
E/8785/2018	Cultural	Confraria da Sopa do Vidreiro	Promoção e divulgação da Sopa do Vidreiro	Anual
E/9283/2018-A	Cultural	Teatresco - Grupo de Teatro	XIX Festiv 'Álvaro - Abril 2019	Anual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo;

- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/1535/2019	Cultural	SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR)	Páscoa em Movimento	36,8 pontos
E/2019/2019-A	Cultural	SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR)	Verão Cultural de S. Pedro de Muel 2019	37,6 pontos
E/9072/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Atividade anual do departamento de Dança	38,3 pontos
E/9075/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Encenação de peça de teatro	35,6 pontos
E/9071/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Atividade anual do departamento de Música	32,8 pontos
E/9087/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Concerto comemorativo do 25 de abril - Cantar e Dizer Abril	32,6 pontos

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9090/2018	Cultural	Sport Operário Marinhense	Monstra à Solta-Festival de curtas-metragens	33,8 pontos
E/8740/2018-A	Cultural	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	IV Festival O Carvoeiro	36,4 pontos
E/8932/2018	Cultural	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Marchas Populares da Marinha Grande	34,9 pontos
E/8905/2018	Cultural	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto da Escola de Música e Orquestra da Amieirinha	29,6 pontos
E/8785/2018	Cultural	Confraria da Sopa do Vidreiro	Promoção e divulgação da Sopa do Vidreiro	31,8 pontos
E/9283/2018-A	Cultural	Teatresco - Grupo de Teatro	XIX Festiv 'Álvaro - Abril 2019	28,6 pontos

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão

do processo de atribuição de subsídios...". Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação."

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

ATIVIDADE FÍSICA

48. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza desportiva

193 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO DE CANDIDATURA
E/8106/2018	Desporto	Grupo Desportivo Casa Águia Competição	29º Concurso de Pesca / Open	Pontual
E/8110/2018	Desporto	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	Festand 2019	Pontual
E/10530/2018	Desporto	Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras	Step by Setp 2019	Pontual
E/10993/2018	Desporto	Atlético Clube Marinhense	Glass Cup 2019	Pontual
E/217/2019	Desporto	Judo Clube da Marinha Grande	Hadjime Happy Days 2019	Pontual
E/1254/2019	Desporto	Clube de Atletismo da Marinha Grande	1º Meeting Internacional de Lançamentos Cidade de Cristal	Pontual
E/1886/2019	Desporto	Clube de Atletismo Mónica Rosa	Convívio de Benjamins	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8106/2018	Desporto	Grupo Desportivo Casa Águia Competição	29º Concurso de Pesca / Open	30,0
E/8110/2018	Desporto	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	Festand 2019	38,0
E/10530/2018	Desporto	Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras	Step by Setp 2019	34,3
E/10993/2018	Desporto	Atlético Clube Marinhense	Glass Cup 2019	31,8
E/217/2019	Desporto	Judo Clube da Marinha Grande	Hadjime Happy Days 2019	31,0
E/1254/2019	Desporto	Clube de Atletismo da Marinha Grande	1º Meeting Internacional de Lançamentos Cidade de Cristal	33,0
E/1886/2019	Desporto	Clube de Atletismo Mónica Rosa	Convívio de Benjamins	26,5

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

49. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Clube de Atletismo da Marinha Grande – 1.º Meeting Internacional de Lançamentos Cidade de Cristal

194 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/1254/2018	503912530	Clube de Atletismo da Marinha Grande	1.º Meeting Internacional de Lançamentos Cidade de Cristal	33,0 pontos

Presente informação com n.º de registo I/500/2019, de 06 de março, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Clube de Atletismo da Marinha Grande** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a organização **1.º Meeting Internacional de Lançamentos Cidade de Cristal**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/1254/2018	503912530	Clube de Atletismo da Marinha Grande	1.º Meeting Internacional de Lançamentos Cidade de Cristal	33,0 pontos	2018/A/189	2.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

TURISMO

50. Aprovação da proposta de Regras de Participação, Organização e Funcionamento das Festas da Cidade da Marinha Grande para o ano de 2019

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** disse que não percebe porque se aprovam regras que não são um regulamento e que já se aplicam na prática. Por outro lado não lhe parece justo impor regras a 3 meses das festas da cidade, porque não sabe, por não as conhecer, se vai ou não penalizar as associações. E considera ainda que o mais grave é não haver contributos, por não ser um regulamento e estar a discussão pública.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que as regras já se aplicam mas não estavam escritas, e assim serão transpostas para um documento orientador. Não vão penalizar as associações, vão antes introduzir um critério de seriação, porque há muitos pedidos.

A **Sr.ª Presidente** referiu que agora são apenas normas orientadoras, que se passaram a escrito e que até já estão assimiladas pelas associações, e por isso não lhe parece que haja qualquer impedimento para depois serem passadas a regulamento.

Terminada a apreciação do documento, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

195 - Presente a informação interna n.º 478, de 07 de março, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual é apresentada a proposta das Regras de Participação, Organização e Funcionamento das Festas da Cidade da Marinha Grande, para o ano de 2019.

As Festas da Cidade da Marinha Grande constituem um dos maiores eventos de cariz económico, cultural, social e recreativo que se realiza anualmente no concelho da Marinha Grande, e que se têm revelado fundamentais na dinamização e divulgação de diversas atividades existentes no concelho, designadamente no âmbito do Artesanato, Turismo, Comércio, Indústria e Serviços, dando também a conhecer o trabalho desenvolvido pelas Associações e Coletividades do concelho, proporcionando-lhes, igualmente, uma fonte de receita para cumprimento dos seus planos de atividades.

Considerando a crescente importância que as Festas da Cidade têm tido no concelho, desde a sua primeira edição em 2014, bem como o considerável aumento do número de interessados em participar, nomeadamente nas áreas da gastronomia, artesanato, doçaria e licores, institucional/empresarial e venda ambulante, verifica-se a necessidade de criar um documento que estabeleça as regras de participação nas Festas da Cidade, de modo a assegurar a continuação do seu sucesso junto de todos aqueles que as visitam;

Considerando que é de todo o interesse para o Município da Marinha Grande a criação de um documento base que agilize e estabeleça o procedimento relativo às inscrições e condições de participação neste evento;

Considerando a importância de garantir uma maior equidade entre todos os participantes;

Considerando a importância em definir o modo e contrapartidas dos patrocínios das Festas da Cidade;

Considerando a informação jurídica em anexo, que não obstante a eventual aprovação das Regras de 2019, deve ser iniciado o procedimento para elaboração de Regulamento Municipal, após a recolha de contributos do balanço das Festas da Cidade 2019;

A Câmara apreciou os documentos e delibera, ao abrigo do previsto na alínea m) e e), do n.º 2, do artigo 23.º, conjugado com a alínea ff), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta de Regras de Participação, Organização e Funcionamento da Festas da Cidade da Marinha Grande para o ano de 2019, que constam como anexo à presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU, Lara Lino e José Luís Sousa.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

51. Sorteio para ato público de atribuição de 11 lugares para o exercício de venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Parque da Cerca - Concelho da Marinha Grande e aprovação do Programa de Procedimento de atribuição de 11 lugares para venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - ano 2019

196 - Presente a informação interna n.º 391, de 19 de fevereiro de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conta da necessidade de abertura de procedimento, através de sorteio, por ato público e publicitação, da atribuição de 11 lugares para o exercício da venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Parque da Cerca - no concelho da Marinha Grande, e se propõe o respetivo Programa de Procedimento de atribuição destes lugares, para o ano de 2019.

Considerando que dias 30 e 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2019 decorrerá a 6.ª edição das Festas da Cidade da Marinha Grande;

Considerando que parte do recinto das Festas é destinado ao exercício da atividade de venda ambulante em lugar fixo;

Considerando que, por força do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição do direito de uso do espaço público para o exercício da venda ambulante é feito por sorteio;

Assim, e ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 21.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a Câmara Municipal apreciou a informação e delibera:

- a) **Dar início ao procedimento de atribuição do direito de uso de 11 lugares para o exercício da atividade de venda ambulante, através de sorteio, por ato público, e sua publicitação em conformidade com o n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, que a seguir se identificam:**
 - **6 lugares com 8 m2, para comercialização de pipocas, frutos secos e similares;**
 - **5 lugares com 16 m2, para instalação de unidades móveis de restauração e bebidas de carácter não sedentário, para a prestação de serviços de restauração e bebidas com carácter não sedentário.**

- b) **Aprovar as condições constantes do Programa de Procedimento, que se dão aqui por reproduzidos e que se anexam à presente ata.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

52. Zona Industrial da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel, causados por contentor de lixo privado - Requerente: Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio - Audiência prévia sem alegações - Decisão final

197 - Pela Sr^a. Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 07-03-2018, via e-mail, de Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio, com registo de entrada E/2300/2018, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreu o incidente com o veículo que tinha estacionado em estacionamento público junto das instalações da empresa Iber-Oleff - Componentes Técnicos em Plástico, S.A., na Rua de França, na Zona Industrial da Marinha Grande, no passado dia 02-03-2018.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (atual DQV-Divisão da Qualidade de Vida) sobre os factos relatados pela requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/31/2019-FO, de 07-01-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, já que o contentor causador dos danos no veículo da requerente não é propriedade deste Município.

Presente deliberação camarária de 28-01-2018.

Presente notificação de audiência prévia efetuada à requerente por ofício S/305/2018, de 31-01-2018, não tendo sido apresentadas quaisquer alegações até ao termo do prazo dos 10 dias úteis, que expirou no passado dia 19-02-2019.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/31/2019 - FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos cumulativos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto de existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, já que o contentor causador dos danos no veículo da requerente não é propriedade deste Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 12/03/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 7

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 19:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,